

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico
Departamento de Ciências Econômicas

EDUARDO JOSÉ VOLANTE

A Trajetória de Orçamento da UFSC e a sua Relação com o Orçamento do MEC

Florianópolis, 2010

EDUARDO JOSÉ VOLANTE

A Trajetória de Orçamento da UFSC e a Sua Relação Com o Orçamento do MEC

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. João Rogério Sanson

Florianópolis, 2010

Principalmente pela formação de caráter, por todos os valores passados, pela paciência, enfim, por todos os aspectos de minha educação que culminaram na capacidade de uma formação de qualidade exatamente na área que escolhi e amo, sem sombra de dúvidas este trabalho é dedicado às duas pessoas que mais amo neste mundo: *Roque e Terezinha*, meus queridos pais.

Agradecimentos

A João Rogério Sanson, Hans, Otávio, Luis do DCF, Claudio Brachieri, Caldart, Lodonha, Gallina, às freiras e professoras do Colégio São José, às professoras do primeiro grau como Vera Boldo, à que me alfabetizou Ana Mélia Ceron, à Tia Coca La do Jardim, enfim, aos meus mestres, todos eles, importantes mestres que com seus serviços, gratuitos ou não, culminaram em minha formação como economista, meu muito obrigado.

Luiz Alberton, Paraná, Ricardo Oliveira, Renato Campos, João Cândido da Silva e outros professores de suma importância no ambiente político-administrativo da Universidade, meu muito obrigado.

Álvaro Prata, seu reconhecimento por meus conhecimentos, perspicácia, avaliações de conjuntura política, paradigmas e serviços prestados a qualquer causa que eu realmente abrace com meus princípios é o motor de uma carreira política construída desde o movimento estudantil e que não há de acabar tão cedo, diante da excelente sensação que é ter reconhecidos talentos, por alguém tão talentoso em si, conhecimento, pessoa, enfim, em tantos aspectos.

Funcionários públicos como os que trabalham na SPO-MEC são o que nos fazem crer que há sim comprometimento, dedicação e presteza instantânea no serviço público. Meu muito obrigado à Paulo Rocha, Wagner Vilas Boas de Souza, Ricardo Fabrino e a todas as pessoas do Ministério da Educação, instituição das fundamentais da nossa Nação.

Anna Petrassi, eu não tenho mais conserto mas obrigado por tentar sempre.

Franklin, Marina, Pedro, Jonas, George, Edi, Quick meu irmão, Karina Lopes, Jamile, Juli, e Carol Fruet, Tomóteo, Maykot, Cauber, Marcão, Pedrão da Mecânica, Letícia, Anas, e a todos os outros amigos do CTC, Maria Fernanda e Pitti Rigotti, Prima Vivi, Mariana Heinze, Mariana Tomasi, Vivian Ritter, todos os incontáveis e tão importantes Psico Friends, sobretudo à Jami, minha companheira de dividir o ap, lembrarei de ti pra sempre por tantos bons momentos, Anne que eu amo, Jhesy minha irmã, Aline Hoffmann e Fernanda Tagliari, Rigon, Possa, Renato Mussi, Laerte, e todos os outros que não foram citados mas estão no meu coração, mas no coração mesmo! Agradeço a Deus todos os dias por vocês, pela enorme quantidade e qualidade suas.

Em outras palavras, que costumo utilizar:

OBRIGADO SEMPRE!!!

“Bom mesmo é ir à luta com determinação, abraçar a vida e viver com paixão, perder com classe e vencer com ousadia, pois o triunfo pertence a quem se atreve...

... E a vida é muito bela para ser insignificante.”

(Charles Chaplin)

Resumo

Este trabalho trata sobre as despesas brasileiras com educação total, em dados originais disponibilizados diretamente pelo Ministério da Educação – MEC, e das despesas totais empenhadas pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com dados coletados em seu Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF, confrontados sob uma ótica de crescimento no período de 1995 a 2009, de modo a estimar perspectivas de tendências de crescimento destes dados em si, e por estas, traçar tendências de crescimento e/ou manutenção.

A partir de um deflacionamento das séries históricas coletadas, pelo índice do IPCA, e um referencial sobre as flutuações históricas de nossa economia, foi feito um resgate da experiência orçamentária brasileira, abordada a importância da formação de capital humano e uma classificação das despesas públicas. Assim foi possível conhecer a relação entre a estrutura orçamentária federal e os repasses de verbas para a manutenção e expansão desta, e feita uma análise preliminar da relação entre estas variáveis, com vistas a um melhor entendimento da dinâmica da administração institucional.

A análise detalhada dos repasses de verbas à UFSC confrontada com a conjuntura econômica e o dispêndio federal com educação, esmiuçadas numa comparação com o total produzido na economia, e as despesas correntes e de capital da UFSC dão a tônica deste trabalho, que pela utilização de dados primários se coloca como uma referência a futuros estudos na área.

Em índices ou em termos reais, verificou-se crescimento das despesas da UFSC em nível muito superior à despesa total com educação, embora a despesa com educação tenha crescido no período.

A limitação da obra está na medida em que não reflete todas as incontáveis variáveis determinantes do repasse de recursos para a universidade, apenas alguma ou algumas delas, mas mesmo dessa forma auxiliando no processo de planejamento.

O trabalho vem a contribuir em uma eventual análise institucional, fomentando expectativas de repasses de verbas, melhorando projeções futuras, a partir dos dados coletados.

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Tema e problema	11
1.2 Objetivos.....	16
1.3 Justificativa.....	16
2 METODOLOGIA.....	17
2.1 Fundamentação Teórica.....	17
2.2 Investigação proposta	18
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
3.1 Economia Brasileira	20
3.2 O IPCA – Índice de Preços.....	20
3.3 O Capital Humano	23
4 O GASTO PÚBLICO	25
4.1 O Gasto Público no Brasil e a experiência orçamentária	25
4.2 A Classificação das despesas públicas	26
5 A CONJUNTURA ECONÔMICA E O GASTO EM EDUCAÇÃO	30
5.1 O PIB	30
5.2 O MEC.....	35
5.3 A Despesa federal com Educação	35
5.4 A ANDIFES	38
5.5 O Orçamento da UFSC.....	39
5.6 Um Modelo de Política de Expansão do Ensino Superior – O REUNI	43
6 A RELAÇÃO ENTRE OS REPASSES DE VERBAS DO MEC PARA A UFSC E A CONJUNTURA ECONÔMICA	44
6.1 O PIB vs. Orçamento do MEC	44
6.2 O Orçamento do MEC vs. As Despesas da UFSC	45
6.2.1 A evolução das despesas de capital da UFSC	50

6.2.2 A evolução das despesas correntes da UFSC	52
7 CONCLUSÃO	55
REFERÊNCIAS	57

Índice de Figuras

Figura 1 - Índice IPCA 1995-2009	21
Figura 2 - PIB 1995-2009	31
Figura 3 - Despesa Européia co Educação, expressa em Percentual do PIB em 2007.....	33
Figura 5 - Índice de Evolução do Orçamento da UFSC 1995-2009.....	40
Figura 6 - Evolução do PIB vs. Orçamento Total MEC em Termos Reais.....	44
Figura 7 - Percentual de Participação da UFSC no Orçamento do MEC.....	47
Figura 8 - Orçamento Total MEC vs. Despesas Totais UFSC	48
Figura 9 - Índices Orçamento MEC vs. Despesas Totais	49
Figura 10 - Orçamento Total MEC e Despesas de Capital UFSC	50
Figura 11 - Índices Orçamento Total MEC e Despesas de Capital UFSC.....	51
Figura 12 - Orçamento Total MEC e Despesas da UFSC	53
Figura 13 - Índice Orçamento Total MEC e Despesas UFSC.....	54

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Dados IPCA 1995-2009	21
Tabela 2 - IPCA Anual 1995-2009.....	22
Tabela 3 - PIB 1995-2009 (IPCA 2000).....	30
Tabela 4 - Gasto do MEC em Educação Frente ao PIB 1995-2009.....	32
Tabela 5 - Orçamento Total MEC 1995-2009.....	36
Tabela 6 - Tabela Orçamento UFSC Total e Capital.....	39
Tabela 7 - Orçamento Total MEC vs. Despesas de Capital UFSC	41
Tabela 8 - Despesas Correntes UFSC	42
Tabela 9 - Percentual de Participação da UFSC no Orçamento do Mec.....	46

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema e problema

A natureza deste trabalho está em conhecer a influência que os movimentos da conjuntura econômica têm na composição do orçamento do Ministério da Educação e seu reflexo nos repasses à universidade.

Para uma melhor análise, é importante conhecer pelo menos algumas das variáveis que influenciam nesses movimentos.

O PIB, Produto Interno Bruto, é a soma de tudo o que é produzido na economia. Corresponde ao valor bruto (preço de mercado multiplicado pela quantidade) de todos os bens e serviços produzidos na economia doméstica, depurado das transações intermediárias. Estas últimas transações são subtraídas do cálculo do PIB para se evitar dupla contagem dos valores agregados. A partir dele, ou de sua avaliação, o governo, com base nas alíquotas de impostos definidas por leis diversas, nos três níveis da gestão pública, permitem conhecer a arrecadação de impostos corrente ou estimar a do exercício seguinte.

A seara política é uma influência latente no planejamento fiscal e orçamentário federal, e por natureza é sujeita a conflitos de ordem ideológica, no mínimo. Conforme Giacomoni e Passungat (2006), “Muitas atividades governamentais combinam processo e política, porém o orçamento é diferente, porque determinadas tarefas básicas precisam ser concluídas a cada ano.”

O interesse público está diretamente ligado neste contexto. A riqueza na sociedade é distribuída de uma forma que o Estado precisa intervir para garantir o acesso de bens e serviços previstos em constituição. Em nossa carta magna, por exemplo, o acesso à saúde pública é um direito, logo um dever do Estado. Para o fornecimento e manutenção de toda a estrutura de serviços sociais de saúde pública brasileira o governo gastou em 2008 cerca de R\$ 1,4 Bilhão, segundo dados do Ministério da Saúde.

A partir desses dados, o poder público elabora orçamentos, que são classificados sob 3 ópticas principais:

- Da finalidade do gasto;
- da natureza do dispêndio; e
- do agente encarregado da execução do gasto.

A partir dessa classificação, são discriminadas funções, programas e subprogramas, dependendo do grau de agregação adotado. Quanto à natureza do gasto, 4 categorias principais de despesa representam o dimensionamento do dispêndio governamental: Custeio, Investimento, Transferências e Inversões Financeiras. Assim temos uma idéia inicial desse importante instrumento de administração, de modo que o estado traça seu programa de trabalho para o exercício seguinte. Segundo Giacomoni (2005), “O orçamento é um plano que expressa em termos de dinheiro, para um período de tempo definido, o programa de operações do governo e os meios de financiamento desse programa”.

Para um programa de êxito, faz-se necessário um bom planejamento, de modo a prever os dispêndios com eficiência sem comprometer as ações do projeto e tampouco exagerar nas expectativas de gastos. Esse objetivo é atingido através de inúmeras variáveis, primeiramente pela origem da receita.

Existem dois tipos de receitas públicas, as Receitas Correntes e as Receitas de Capital. As Receitas Correntes são receitas que apenas aumentam o patrimônio não duradouro do Estado, isto é, que se esgotam dentro do período anual. São os casos, por exemplo, das receitas dos impostos que por se extinguirem no decurso da execução orçamentária têm, por isso, de ser elaboradas todos os anos. Compreendem as receitas tributárias, patrimoniais, industriais e outras de natureza semelhante, bem como as provenientes de transferências correntes. Já as Receitas de Capital alteram o patrimônio duradouro do estado, como, por exemplo, aquelas provenientes da observância de um período ou do produto de um empréstimo contraído pelo estado a longo prazo. Compreendem, assim, a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos, reservas, bem como as transferências de capital.

Entre a Receita Corrente e a Receita de Capital, é esta última que importa, porque é efetiva e flutua conforme a situação do país e prioridades políticas.

No Brasil, a experiência de planejamento orçamentário é relativamente longa, dada a tenra idade da república. Entre os anos 40 e 70 do século passado, o planejamento governamental passou por experiências interessantes, como o Plano Salte pós-Segunda Guerra, e mais tarde o importante Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, importantes

processos de desenvolvimento econômico e social de nosso país (Giacomoni e Passungat, 2006).

Mas no processo de planejamento nem sempre as flutuações da economia são previstas, gerando diferenças nos dispêndios necessários para realizar o orçamento previsto, tendo importante impacto.

Segundo Cyro Rezende Filho (2002), que é a referência básica desta parte da pesquisa, no início da década de 1930 o Brasil viveu a decadência do seu modelo de nação agroexportadora e a perda do controle político dos cafeicultores, e o país enfrentou uma grande crise.

Em 1929, o *crack* da Bolsa de Valores de Nova York assinalou uma grande crise na economia norte-americana. Na tentativa de solucionar sua crise interna, os Estados Unidos, não apenas foram mal sucedidos, como acabaram envolvendo o mundo todo em uma depressão que perdurou durante a década de 1930.

Entre 1937 e 1945, o novo bloco hegemônico brasileiro, afeito de uma burocracia estatal, industriais e militares, obteve sucesso na implantação de um projeto de industrialização com o apoio estatal. Desta forma, a partir de 1930 tem-se início a industrialização do Brasil.

Na década de 1950 prevaleceu no Brasil a corrente econômica denominada de Desenvolvimentismo. Valendo-se das políticas econômicas desenvolvimentistas o Brasil desenvolveu grande parte de sua infra-estrutura e alcançou elevadas taxas de crescimento. Chega à nação um projeto de desenvolvimento industrial, ainda que tardio.

Entre 1969 e 1973 o Brasil vive o “Milagre Brasileiro”, e representou o período áureo do desenvolvimentismo. Esses anos representaram um período de estabilidade política e econômica, propiciada pelos militares que ocupavam poder naquela época.

Em 1973, os países pertencentes à OPEP, Organização dos Países Exportadores de Petróleo, decidiram aumentar o preço do petróleo em mais de 300%. Teve início então a Segunda Crise do Petróleo, em escala mundial.

Com a Crise do Petróleo (1973), seguindo até o início dos anos 1990 o Brasil viveu um período de instabilidade e de recessão. Neste período o país apresentava elevados índices de inflação, combinados com arrocho salarial, aumento da dívida externa e crescimento pífio.

Na década de 1980, o Brasil viveu um período de estagnação econômica, e por isso, esta década ficou conhecida como a “década perdida”. Os reflexos são claros na atividade

industrial. O governo brasileiro desenvolveu uma série de planos econômicos para conter a inflação e recuperar a economia, mas nenhum obteve sucesso.

Em 1994 o governo lança o Plano Real. A diferença básica em relação aos planos anteriores é que o Plano Real conseguiu acabar com a indexação da economia sem congelar os preços, além do fato de ter sido criada uma nova moeda: o Real. A economia brasileira se estabilizou e acabou com a época de hiperinflação.

Porém, choques externos podem atrapalhar um processo de estabilização e influenciar fortemente a tendência do dispêndio governamental, na forma de dar o rumo de políticas fiscais e monetárias, importantes instrumentos de gestão.

No mundo, diversas crises eclodiram no período de estabilização, sendo a primeira delas em pleno ano inicial de implantação do plano real.

Em Dezembro de 1994 o México desvaloriza sua moeda causando uma queda de 23% em sua bolsa de valores em um dia, com sua moeda perdendo cerca de 40% de seu valor em um dia, assustando o mercado financeiro mundial e causando uma debandada de investidores do Brasil, economia de status semelhante naquele momento, com forte impacto no balanço de pagamentos, assim evidenciando mais um choque econômico nas projeções das finanças públicas.

Os chamados Tigres Asiáticos, que até então sustentavam altas taxas de crescimento, em final de 1997 apresentaram vulnerabilidades financeiras que eclodiram em crises cambiais e financeiras na Coreia do Sul, Tailândia, Indonésia, Malásia e Filipinas, sendo o caso da Coreia o mais assustador pelo fato de este país ser um dos maiores exemplos de *upgrading* de país em desenvolvimento, ‘emergente’, a uma economia desenvolvida.

Em 1998 foi a vez de a Rússia dar seu susto, declarando moratória de pagamentos internacionais e congelando depósitos em moeda estrangeira, mais um golpe na mobilidade de capitais.

Nos anos 2000, no início de um novo século, um novo tipo de crise: o estouro da bolha financeira das empresas de tecnologia trata de trazer de volta para o mundo real quem se maravilhou comprando empresas de altíssima tecnologia pela simples expectativa de produção de tecnologia e perspectiva de lucros de negócios visionários. Nos 3 anos posteriores foi apagado do mapa cerca de 5mil empresas deste tipo e mais algumas gigantes das telecomunicações, vítimas de escândalos contábeis, descobertos pela desconfiança gerada, num dominó enfileirado de credibilidade caindo peça-a-peça.

Um ano depois, os atentados de 11 de Setembro de 2001 levam os investidores a buscar refúgio em títulos do tesouro americano e em ouro, aplicações mais sólidas, causando quedas generalizadas nas bolsas, com reflexos mais significativos nos mercados emergentes, entre os quais o Brasil.

Até 2008, houve um relativo remanso nas marés do mercado, sem ressacas violentas. Mas uma tempestade se aproximava: a especulação imobiliária, decorrendo para investimentos em derivativos (cambiais, por exemplo), e criando um mercado de concessão de empréstimos sem garantia, gera uma bolha especulativa que eclode em agosto de 2008. A maior crise financeira mundial desde 1929 dá um duro golpe no sistema bancário da maior economia do mundo, repercute no mundo inteiro e afeta as economias reais de forma generalizada, com reflexos imediatos na liquidez financeira do mundo todo.

O impacto desta crise foi diferente em diferentes economias. Apesar de a Islândia ter sentido o impacto da crise em seu mercado fortemente, no Brasil foi bem menos complicado, pelo fato de a economia estar relativamente blindada por sucessivos superávits primários desde meados de 2007, criando uma folga nas reservas do Balanço de Pagamentos, e uma expansão do mercado interno, o determinante da força do choque externo na economia. Nessa situação, uma retração momentânea da oferta de crédito e queda abrupta nas expectativas de investimentos do setor privado foi verificada, no entanto sendo revisadas conforme a economia dava sinais de robustez em plena crise, para cima. Assim tivemos um impacto fraco perante o tamanho desta grave crise, o que, passado o susto inicial, não alterou a expectativa de arrecadação do setor público.

Isto é importante para o objetivo deste trabalho, uma vez que o impacto do choque pode alterar a relação Orçamento Público x Universidade.

A universidade se liga ao MEC na medida em que este designa parte de seu orçamento para a manutenção e expansão da Universidade, conforme legislação específica (Lei n. 4320, de 17 de Março de 1964), que veremos mais adiante.

A Investigação proposta então será descrever os componentes orçamentários dos gastos de apoio à atividade econômica e gastos de natureza social da Universidade, e a trajetória de orçamento efetivo do MEC, comparada com o PIB, para a elaboração de uma perspectiva que permita estimar quantitativamente de forma eficiente os repasses federais à Universidade, melhorando assim a expectativa de orçamento, seja auxiliando no planejamento institucional da Universidade Federal de Santa Catarina, seja como referência a

futuros estudos sobre o Setor Público e sua relação com as Instituições Federais de Nível Superior.

1.2 Objetivos

Como seu objetivo geral, este estudo tem a finalidade de elencar dados de dispêndio total em educação pelo governo federal, através de seu Ministério da Educação (MEC), e das despesas totais empenhadas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para com isso conhecer a relação entre a estrutura orçamentária federal e os repasses de verbas para a manutenção e expansão desta, e elaborar uma análise preliminar da relação entre estas variáveis, com vistas a um melhor entendimento da dinâmica da administração institucional.

Como objetivos específicos, pretende-se:

- Conhecer a estrutura orçamentária do gasto público no Brasil;
- Analisar a conjuntura econômica do período analisado e sua relação com a educação;
- Relatar a importância da formação de capital humano na sociedade;
- Relacionar os repasses de verbas da União para a Universidade Federal de Santa Catarina com a despesa brasileira total em educação;
- Analisar os dados orçamentários, a nível de União, Ministério e Instituição;

1.3 Justificativa

O objetivo fundamental deste trabalho é balizar a formação de uma expectativa de repasse de verbas do MEC à universidade federal, de modo a facilitar a estimativa orçamentária utilizando os instrumentos de planejamento e gestão da universidade, como os Planos Anuais de Metas, ou o próprio Plano de Desenvolvimento Institucional. A visão mais clara da expectativa de repasses vem como componente do bom-senso necessário na formulação das expectativas de modo a tornar os planejamentos, enquanto processo, e os planos, enquanto produtos, mais factíveis, mais realizáveis.

Além disto, a experiência de pesquisa dentro do ambiente administrativo de uma instituição de ensino público federal colaborará para o aprofundamento do tema, enriquecendo o debate acadêmico no assunto pesquisado.

2 METODOLOGIA

Para a execução da pesquisa proposta, será elaborada uma pesquisa exploratória, sistematizada, que consiste em coletar dados de fontes primárias (Marconi; Lakatos, 1990), no caso o Governo Federal e a Universidade Federal de Santa Catarina e posteriormente confrontá-los com a conjuntura econômica a fim de verificar sua evolução e perspectiva de manutenção e/ou crescimento.

2.1 Fundamentação Teórica

Na ótica da análise proposta, é importante o conhecimento de vários aspectos das finanças públicas e conjuntura, como: O que é PIB; o próprio Ministério da Educação; Orçamentos; noções de Classificação e Natureza Orçamentária, conflitos e soluções no orçamento público; Planejamento, etc..

É importante considerar as flutuações da economia, pois sua influência é decisiva na quantidade de verba para repasses, juntamente com a política, que norteia este processo na medida dos custos e acomodações políticas, e sobretudo o cumprimento de programas de governo, geralmente prerrogativas desses programas.

A teoria das finanças públicas e a formação de estoques de capital humano são os grandes objetos teóricos deste estudo, pois compreendendo a base do sistema financeiro da União, entende-se o sistema que, como produto final, tem o Orçamento Federal, que vai nortear a finalidade da pesquisa, na perspectiva da percepção dos gastos em educação, juntamente com a formação de estoque de conhecimento, um importante instrumento de

competitividade de um país no cenário internacional. O conhecimento da estrutura orçamentária brasileira e de um histórico recente de gastos totais em educação pelo MEC permitirão elaborar o objeto final do trabalho, que é embasar uma estimativa de repasses do governo à universidade em um período futuro.

2.2 Investigação proposta

Será descrita a trajetória de orçamento efetivo do MEC e comparada com o PIB e componentes orçamentários nos gastos de apoio à atividade econômica da Universidade e Despesas de Capital, que aumentam efetivamente o tamanho da instituição.

As informações foram providas pelo Departamento de Contabilidade e Finanças da UFSC, Ministério da Educação – MEC e de dados disponíveis em bases de pesquisa como o IPEADATA, por exemplo. As informações serão elencadas em tabelas de forma a serem comparadas em séries históricas, de forma quantitativa e distribuídas cronologicamente, para assim identificarmos de maneira mais clara os componentes orçamentários nos gastos de apoio à atividade econômica e gastos de natureza social, com foco claro no orçamento do MEC, tudo isto comparado com os repasses feitos à UFSC no período analisado.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O vasto campo da ciência econômica gera subsídios para qualquer corrente de pensamento. O horizonte da ciência é muito vasto, fazendo com que praticamente toda e qualquer coisa, possa ser focada dentro de uma corrente teórica específica e peculiar, e analisada por pressupostos que o economista encontra em sua formação.

Esses pressupostos são invariavelmente, pelo caráter social dessa ciência, ligados a correntes de pensamento político que variam da mais extrema esquerda à sua antimatéria, a direita radical. É salutar uma opinião política para uma análise econômica, mas aqui, mesmo tratando de finanças públicas, buscarei a isenção da forma mais justa possível, buscando abster-me de paradigmas políticos na análise dos números.

Dentro da análise das finanças públicas, a análise da conjuntura econômica se faz necessária à medida que vai ao encontro do interesse dos formuladores de políticas, e, da população, origem e aplicação de qualquer recurso público.

Daí a origem desde trabalho: a inquietude em analisar a estrutura orçamentária da Universidade Federal de Santa Catarina, seus conflitos e soluções encontradas, a metodologia do planejamento, desde a sua natureza, passando pelas classificações, a influência das flutuações, as receitas de capital. Tudo isto de modo a se estabelecer uma idéia de processo, que se aplicada em qualquer outra instituição de ensino federal faça sentido.

A conclusão preliminar da análise do embasamento teórico do presente trabalho deixa a certeza de que o referencial atende às expectativas necessárias para a elaboração do trabalho, de forma a auxiliar no entendimento dos componentes orçamentários da Universidade, suas formas de classificação, financiamento, estrutura de despesas, produção de bens públicos. A fim de proporcionar uma interpretação destes dados e traçar uma estimativa de repasses feitos pelo MEC, garantindo assim uma boa previsão orçamentária, que por sua vez auxilia no processo de planejamento institucional.

Porém, o aspecto mais importante a ser elencado é a forma de coleta dos dados. Para uma correta mensuração das despesas brasileiras com educação foram buscados dados na fonte, disponibilizados pela Secretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da

Educação, e dados de Orçamento Total da UFSC, coletados diretamente de documentos contábeis de domínio público, mas não disponibilizados completamente *'online'*.

A importância de um estudo feito a partir de dados crus é análogo à qualidade do trabalho em servir como referência a estudos futuros, uma vez que em um primeiro momento qualquer análise está sujeita a erros, outras interpretações e complementações, mas em se tratando de um estudo original, sua importância aparece mister à ciência.

3.1 Economia Brasileira

O Brasil cresceu após o período de estabilização econômica, apesar do enfrentamento de flutuações, internas e externas, como apresentado anteriormente. Dessa forma o Produto Interno Bruto apresenta uma natural tendência de alta, representando esse crescimento, em termos absolutos, conforme veremos em capítulo posterior.

3.2 O IPCA – Índice de Preços

Para uma correta estimação dos valores, deflacionei as séries utilizando o IPCA do período, com base no ano de 2000, um ano sem muitas oscilações e bastante utilizado como base neste tipo de análise.

O IPCA é um índice elaborado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi criado para oferecer uma medida do movimento geral dos preços no varejo. Trata-se de um importante indicador da inflação segundo o consumo pessoal, e encontra nas Contas Nacionais um importante campo de utilização.

A definição do IPCA advém da cobertura de 90% das famílias residentes nas áreas urbanas de abrangência do Sistema Nacional de Preços ao Consumidor (SNIPC), seja de qual for a fonte de renda, de modo a projetar uma cobertura próxima da realidade, sendo excluídos pontos

externos da distribuição, famílias com renda abaixo de um salário mínimo e com rendas muito altas.

Mesmo com uma oscilação atípica e bem acima da média do período analisado, que é de 7,62% ao ano, o ano de 1995 poderá ser considerado na idéia de se utilizar a maior base de dados possível para efeito das observações, procurando melhorar os resultados e o entendimento da pesquisa proposta.

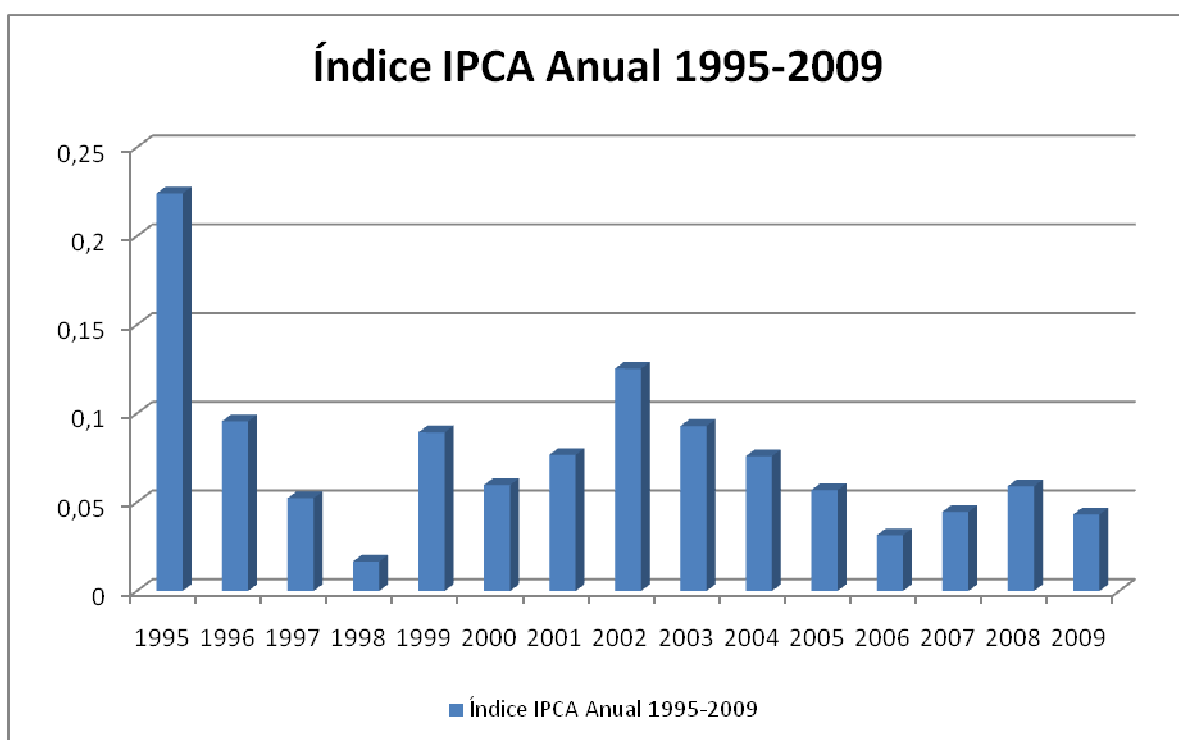


Figura 1 - Índice IPCA 1995-2009

Fonte: IPEADATA. Elaborado pelo autor.

Tabela 1 - Dados IPCA 1995-2009

Somatório	114,37%
Média	7,62%

Fonte: IPEADATA.

Elab. Pelo Autor

Diante disto, mesmo observando que os valores oscilam dentro da média dos índices de inflação para o período, e com um somatório superior a 100%, verifica-se uma estabilização econômica se comparado à década de 80, onde a hiperinflação eliminava qualquer possibilidade de planejamento de longo prazo.

Abaixo, vemos quantitativamente a evolução do IPCA brasileiro no período entre 1995 e 2009:

Tabela 2 - IPCA Anual 1995-2009

Período	Inflação - IPCA - (% a.a.) - IBGE
1995	22,41%
1996	9,56%
1997	5,22%
1998	1,66%
1999	8,94%
2000	5,97%
2001	7,67%
2002	12,53%
2003	9,30%
2004	7,60%
2005	5,69%
2006	3,14%
2007	4,46%
2008	5,90%
2009	4,31%

Fonte: IPEADATA. Dados do IBGE

Assim, para a análise dos dados, o índice escolhido se mostra eficiente e adequado às estimativas pretendidas por este trabalho.

A limitação da obra está na medida em que não reflete todas as incontáveis variáveis determinantes do repasse de recursos para a universidade, apenas alguma ou algumas delas, mas mesmo dessa forma auxiliando no processo de planejamento. As variáveis deixadas de lado o serão por seu caráter subjetivo, pela dificuldade de obtenção de dados confiáveis ou não acessibilidade do autor.

3.3 O Capital Humano

A manutenção das Instituições Federais de Ensino Superior públicas e gratuitas vem ao encontro da necessidade de fomento à pesquisa e aumento no estoque de conhecimento da Nação, a fim de manter a competitividade da nação a nível internacional e uma perspectiva de renda continuamente em ascensão.

Nosso país apresenta sinais claros de desigualdade e heterogeneidade na educação, seja em que esfera for, desde a base à educação superior.

Um importante instrumento de medida de qualidade em qualquer nação é seu estoque de conhecimento, que consiste na educação média de seu povo. Este estoque se apresenta diferentemente do capital físico, e contribui mais do que este para expectativas de bem-estar da economia.

Outro fator importante é que o estoque de capital humano é um investimento perene. O capital humano formado por investimentos em educação não pode ser vendido, emprestado ou perdido. Trata-se de um fator produtivo importante para qualquer nação, com sua “rentabilidade” verossímil, em se utilizando de um termo econômico na definição.

Segundo Mafra (2003),

“A formação de capital através da educação não é proporcionalmente pequena e também não é constante em relação à formação de capital não-humano. A educação pode ser mero consumo ou mero investimento, ou ainda uma combinação de ambos. Uma quantidade substancial de recursos costuma ser destinada à educação.”

Aqui, o capital humano será medido pelo montante gasto em educação pela nação, representado pela despesa total do MEC, porém sem entrar em uma análise mais aprofundada quantitativamente, algo que poderá ser feito à posteriori em um aprofundamento sobre o tema.

O importante dentro do escopo do trabalho é visualizar que políticas públicas para aumento de vagas no ensino superior passa pelo aumento dos gastos em capital nas Universidades, proporcionando sua ampliação, de modo a aumentar o acesso à ela, por fim aumentando o estoque de capital humano.

O programa REUNI vem ao encontro desta necessidade, na forma de fomento à expansão das Universidades Federais, em ações afirmativas buscando a ampliação do acesso ao ensino superior, como objetivo final.

O aumento no estoque de capital mantém a competitividade do país no ambiente internacional, uma vez que a escolaridade da população influencia afinal nos salários pagos, o que leva a um aumento da renda da população, além da importante diminuição da desigualdade social. Conforme Coelho (2006), *apud* Barros, Henriques e Mendonça (2002),

(...) o principal responsável pela elevada desigualdade social observada no Brasil é a heterogeneidade da educação no país. (...) a educação é um imperativo universal para garantia da cidadania, aumenta a eficiência econômica, reduz a pobreza e facilita a mobilidade social”

Aqui serão comparados a despesa com educação e o crescimento econômico, pra procurar mensurar o quanto o crescimento econômico influencia na formação de capital humano, produto final das IFES.

A direção de causalidade procurada neste estudo é o aumento do estoque de capital proporcionado pelo aumento dos gastos em educação, estes ocasionados pelo crescimento econômico, e um período dado.

O estoque de capital humano é sacrificado às vezes por conta da conjuntura econômica, no sentido de ser preterida sua formação em relação à resolução de flutuações econômicas ou contingências orçamentárias de outras áreas do governo.

4 O GASTO PÚBLICO

4.1 O Gasto Público no Brasil e a experiência orçamentária

No Brasil, a experiência de planejamento orçamentário é relativamente longa, dada a tenra idade da república. Entre os anos 40 e 70 do século passado, o planejamento governamental passou por experiências interessantes, como o Plano Salte pós-Segunda Guerra, e mais tarde o importante Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, importantes processos de desenvolvimento econômico e social de nosso país (Giacomoni e Passungat, 2006).

Mas no processo de planejamento nem sempre as flutuações da economia são previstas, gerando diferenças nos dispêndios necessários para realizar o orçamento previsto, tendo importante impacto.

Conforme a introdução do trabalho as flutuações econômicas protagonizaram os processos de planejamento, dificultando suas elaborações e consecuições, na medida em que essas oscilações da conjuntura econômica tornavam difícil um balizamento destes conforme uma perspectiva de crescimento e/ou manutenção do ambiente econômico nacional.

Além disso, é preciso levar em consideração o aspecto político das decisões, uma vez que os governantes são eleitos sobre paradigmas e orientações particulares de cada partido político, esperando-se então que haja uma tendência de governança conforme essas orientações.

Assim, a ausência de uma teoria orçamentária prejudica a gestão das IFES, na medida em que as inversões de Capital e as despesas das Universidades Federais ficam amarradas a estas prerrogativas de cada plano de governo, e com mudanças a cada legislatura que dificultam uma continuidade no processo (gestão de uma Universidade Federal, por exemplo).

4.2 A Classificação das despesas públicas

Para uma alocação eficiente das verbas públicas, as despesas pretendidas são categorizadas e alocadas conforme disposições legais. As Despesas Correntes, divididas em despesas de custeio e transferências correntes e as Despesas de Capital, que consistem em investimentos, inversões financeiras e transferências de capital estão discriminadas no capítulo III da Lei No 4.320, de 17 de Março de 1964.

É importante para o entendimento de um estudo sobre as despesas públicas o conhecimento desta lei, uma vez que a destinação de verbas, com educação neste caso específico, se dá a partir de prerrogativas nela assinaladas.

Segundo a Lei, Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis, e como Transferências Correntes as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado. Por subvenções, entendam-se as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como:

- I. Subvenções sociais, as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa;
- II. Subvenções econômicas, as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.

Os investimentos são as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

As Inversões Financeiras são dotações destinadas a aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização, aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do

capital ou a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros.

São Transferências de Capital as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especialmente anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.

A discriminação da despesa por elementos é um ponto-chave dentro deste estudo para um melhor entendimento sobre o tema.

As despesas públicas se dividem em despesas correntes e de capital, sendo as primeiras divididas entre despesas de custeio e transferências correntes e as últimas em investimentos, inversões financeiras e transferências de capital, conforme o Quadro 01:

Quadro 1 - Discriminação das Despesas Públicas

DESPESAS CORRENTES		DESPESAS DE CAPITAL		
Despesas de Custeio	Transferências Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Transferências de Capital
Pessoal Civil	Subvenções Sociais	Obras Públicas	Aquisição de Imóveis	Amortização da Dívida Pública
Pessoal Militar	Subvenções Econômicas	Serviços em Regime de Programação Especial	Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Comerciais ou Financeiras	Auxílios para Obras Públicas
Material de Consumo	Inativos	Equipamentos e Instalações	Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresa em Funcionamento	Auxílios para Equipamentos e Instalações
Serviços de Terceiros	Pensionistas	Material Permanente	Constituição de Fundos Rotativos	Auxílios para Inversões Financeiras

Encargos Diversos	Salário Família e Abono Familiar	Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais ou Agrícolas	Concessão de Empréstimos	Outras Contribuições
	Juros da Dívida Pública		Diversas Inversões Financeiras	
	Contribuições de Previdência Social			
	Diversas Transferências Correntes			

Fonte: Lei No 4.320. Elaborado pelo autor

Em seguida, a lei discorre sobre o conceito de unidade orçamentária:

A definição de unidade orçamentária é o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias, e para a discriminação da despesa far-se-á *no mínimo* por elementos. Os elementos são o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços, obras e outros meios de que se serve a administração pública para consecução dos seus fins. Para efeito de classificação da despesa, considera-se material permanente o de duração superior a dois anos.

Sobre as despesas correntes, a legislação trata das Transferências Correntes delimitando a abrangência das Subvenções Sociais e Econômicas, sendo as primeiras, as Subvenções Sociais, limitadas à prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, sempre que a suplementação de recursos de origem privada aplicados a esses objetivos revelar-se mais econômica. Seu valor, sempre que possível, será calculado com base em unidades de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados obedecidos os padrões mínimos de eficiência previamente fixados.

Das Subvenções Econômicas, roga a lei que a cobertura dos déficits de manutenção das empresas públicas, de natureza autárquica ou não, far-se-á mediante subvenções econômicas expressamente incluídas nas despesas correntes do orçamento da União, do Estado, do Município ou do Distrito Federal. A lei considera como subvenções econômicas:

- As dotações destinadas a cobrir a diferença entre os preços de mercado e os preços de revenda, pelo Governo, de gêneros alimentícios ou outros materiais;
- As dotações destinadas ao pagamento de bonificações a produtores de determinados gêneros ou materiais.

Em seu Artigo 19, a Lei de Orçamento esclarece que não consignará ajuda financeira, a qualquer título, a empresa de fins lucrativos, salvo quando se tratar de subvenções cuja concessão tenha sido expressamente autorizada em lei especial.

Este aspecto, bem como alguns outros tópicos expressos na lei, não se aplicam totalmente na gestão de orçamento da Universidade, mas estão sendo aqui relatados de modo a facilitar o entendimento da legislação que baliza as despesas da Universidade como um todo.

Sobre as Despesas de Capital, é importante na Lei que os investimentos serão discriminados na Lei de Orçamento segundo os projetos de obras e de outras aplicações, lembrando em seguida que os programas especiais de trabalho que, por sua natureza, não possam cumprir-se subordinadamente às normas gerais de execução da despesa poderão ser custeadas por dotações globais, classificadas entre as Despesas de Capital.

A Lei de Orçamento não consignará auxílio para investimentos que se devam incorporar ao patrimônio das empresas privadas de fins lucrativos. Ao deliberar sobre as transferências de capital, o disposto neste artigo aplica-se às transferências de capital à conta de fundos especiais ou dotações sob regime excepcional de aplicação.

5 A CONJUNTURA ECONÔMICA E O GASTO EM EDUCAÇÃO

5.1 O PIB

Afim de facilitar a compreensão posterior sobre as oscilações econômicas e compreender sua importância e influência nas despesas da Universidade Federal de Santa Catarina, é mister uma análise de conjuntura da economia brasileira, a qual se fará tomando como ponto de vista o total do montante produzido na economia brasileira no período analisado.

O Brasil cresceu após o período de estabilização econômica, capitaneado pelo plano Real, apesar do enfrentamento de flutuações, internas e externas, como apresentado anteriormente. Dessa forma o Produto Interno Bruto apresenta uma natural tendência de alta, representando esse crescimento, em termos absolutos, conforme vemos abaixo:

Tabela 3 - PIB 1995-2009 (IPCA 2000)

Período	PIB (deflator: IPCA) - R\$ - IBGE 2000 Anual	
1995	R\$	1.833.475.373.913,35
1996	R\$	1.894.376.693.700,82
1997	R\$	1.971.463.607.430,26
1998	R\$	1.992.055.295.143,81
1999	R\$	2.066.057.749.518,18
2000	R\$	2.137.575.101.599,43
2001	R\$	2.208.772.933.871,60
2002	R\$	2.311.461.364.994,37
2003	R\$	2.317.822.864.044,59
2004	R\$	2.483.337.900.655,48
2005	R\$	2.569.953.865.413,85

2006	R\$	2.722.071.282.010,02
2007	R\$	2.949.945.475.300,46
2008	R\$	3.151.760.688.727,75
2009	R\$	3.143.014.695.014,36

Fonte: IPEADATA. Dados do IBGE deflacionados pelo IPCA, ano-base 2000.

Apesar das flutuações externas discutidas no início do trabalho, o PIB brasileiro cresceu de forma contínua no período, em termos reais, apresentando uma leve queda apenas no ano de 2009, após a grande crise americana de 2008.

Esta tendência revela uma economia saudável e que vem ampliando sua capacidade de investimento institucional ano após ano, conforme veremos adiante.

Graficamente, de modo a facilitar o entendimento, temos uma série histórica que revela uma tendência de alta, como pode ser observado abaixo:

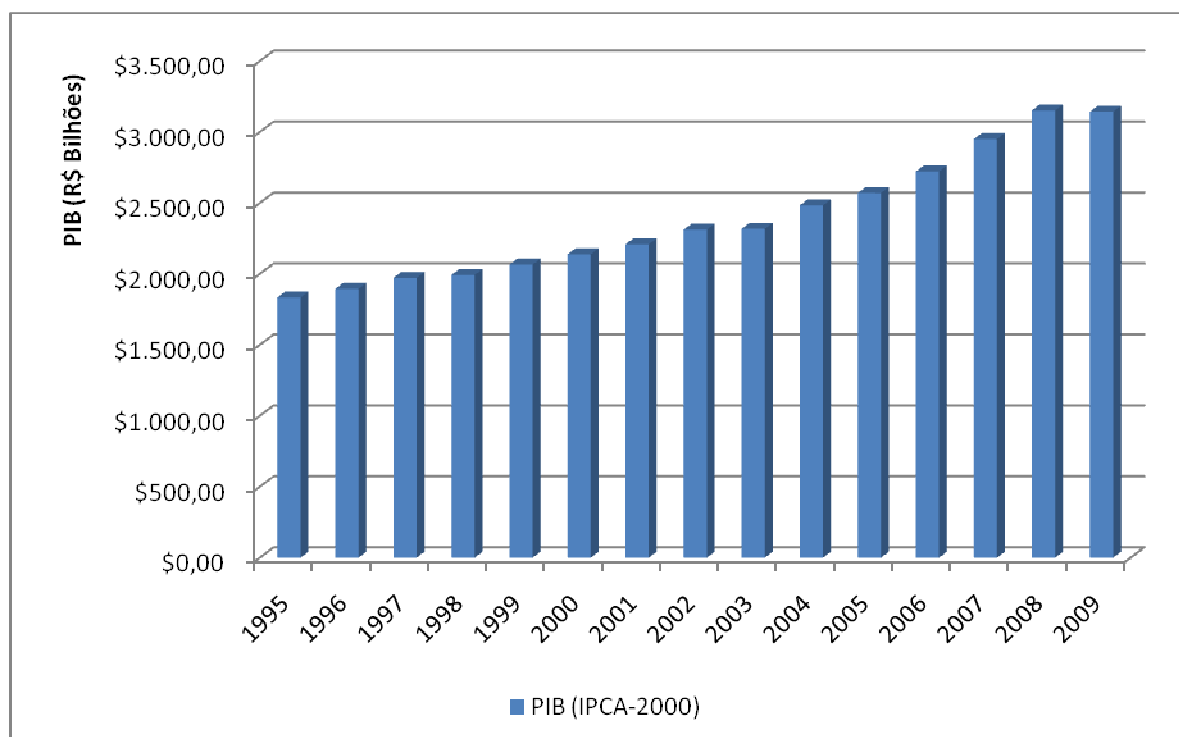


Figura 2 - PIB 1995-2009

Fonte: IPEADATA. Elaborado pelo autor. Dados do IBGE deflacionados pelo IPCA, ano-base 2000.

Uma elevação do PIB contínua, como apresentado, revela uma tendência de aumento no gasto público, uma vez que o aquecimento da economia leva a uma expectativa de arrecadação maior, e assim a um maior gasto governamental, o que pode se refletir nas despesas com educação, objetivo deste trabalho, o que reflete diretamente no percentual do dispendio em educação nas despesas totais com educação da União, conforme veremos abaixo:

Tabela 4 - Percentual do PIB Gasto em Educação 1995-2009

Período	PIB	Orçamento MEC	Percentual do PIB Gasto em Educação
1995	\$ 1.833.475.373.913,35	R\$ 31.274.745.576,15	5,862%
1996	\$ 1.894.376.693.700,82	R\$ 26.069.978.262,48	7,267%
1997	\$ 1.971.463.607.430,26	R\$ 24.690.957.106,45	7,985%
1998	\$ 1.992.055.295.143,81	R\$ 27.996.800.788,08	7,115%
1999	\$ 2.066.057.749.518,18	R\$ 27.385.168.031,61	7,544%
2000	\$ 2.137.575.101.599,43	R\$ 28.795.804.998,50	7,423%
2001	\$ 2.208.772.933.871,60	R\$ 26.379.362.255,05	8,373%
2002	\$ 2.311.461.364.994,37	R\$ 25.291.038.001,35	9,139%
2003	\$ 2.317.822.864.044,59	R\$ 24.892.728.728,00	9,311%
2004	\$ 2.483.337.900.655,48	R\$ 27.314.129.317,39	9,092%
2005	\$ 2.569.953.865.413,85	R\$ 28.892.796.137,23	8,895%
2006	\$ 2.722.071.282.010,02	R\$ 33.926.162.197,35	8,024%
2007	\$ 2.949.945.475.300,46	R\$ 38.134.075.029,37	7,736%
2008	\$ 3.151.760.688.727,75	R\$ 41.046.551.473,18	7,679%
2009	\$ 3.143.014.695.014,36	R\$ 49.687.545.063,11	6,326%

Fonte: IPEADATA e SPO-MEC. Elaborado pelo autor. Dados do IBGE deflacionados pelo IPCA, ano-base 2000.

Conforme a tabela acima, vemos que a despesa brasileira em Educação oscilou de 5,8% do PIB em 1995, o que pode ser creditado a uma economia ainda em recuperação de um período de Hiperinflação e em processo de estabilização até um pico em 2003, com mais de 9% do PIB gastos em educação.

Como base de comparação, temos a despesa da União Européia com educação, que, dado o grau de desenvolvimento pode num primeiro momento não servir de base de

comparação a uma economia emergente, mas vem a calhar como modelo a ser perseguido, dado o alto grau de desenvolvimento da região a nível mundial¹.

A Europa apresenta uma despesa com educação variada, como fica claro pela Figura 3, baseado na despesa pública total europeia em educação, expressa em percentagem do PIB.

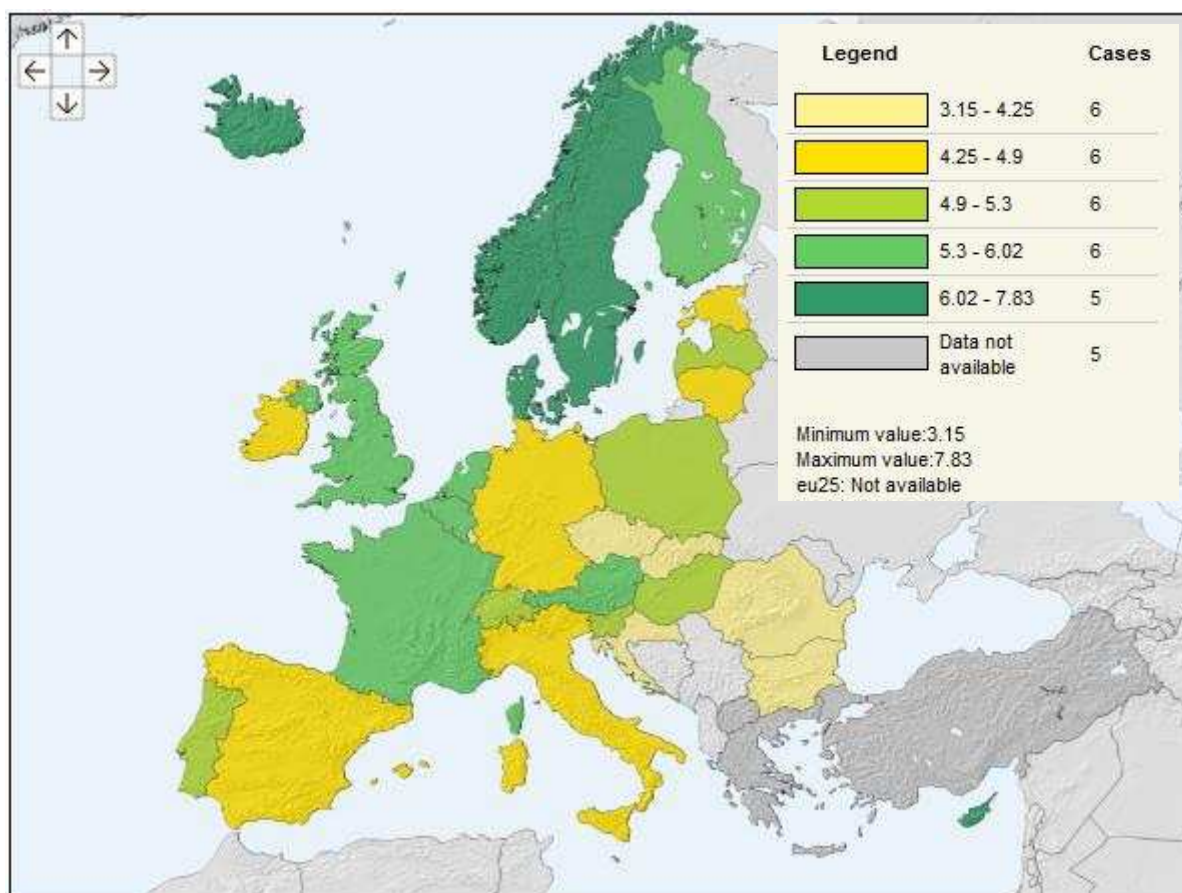


Figura 3 - Despesa Europeia co Educação, expressa em Percentual do PIB em 2007

Fonte: Eurostat: EuroGeographics Association for the administrative boundaries. Adaptado pelo autor.

Conforme apresentado, a União Europeia em seus principais países apresenta uma despesa com educação que pode ser comparada à brasileira, na medida em que países importantes como a Espanha ou Itália e mesmo a Alemanha vem gastando entre 4,25 e 4,9% de sua produção com dispêndios em educação. Ademais, Portugal, Hungria, Polónia e

¹ Discussão elaborada com auxílio de dados do Eurostat, observatório de pesquisa europeu com excelente base de dados conjunturais do continente.

Lituânia dispendem entre 4,9 e 5,3% de seu PIB em educação, diante apenas Suíça, Noruega e Islândia, riscada do mapa recentemente na última crise mundial e portanto certamente com dados diferentes neste ano, com gastos acima de 6,02% do PIB em Educação.

Este gráfico nos revela, a título de comparação, algumas considerações importantes:

- Internamente, na Europa, o baixo gasto em educação de Romênia, Bulgária, Eslováquia, República Tcheca e Croácia revelam um baixo grau de desenvolvimento interno, dentro da comparação européia e a nível mundial mesmo, uma vez que estes países são chamados por vezes de emergentes;
- O Brasil se coloca acima das melhores nações européias na comparação simples de dispêndio em educação, o que não pode ser tomado simplesmente como excelente, há trabalho a ser feito, conforme veremos abaixo;
- O grau intermediário de algumas importantes nações européias não reflete necessariamente baixo grau de desenvolvimento.

Um importante dado a ressaltar, sobretudo pelas duas últimas considerações elencadas acima, é que se a nação sai de um patamar baixo de desenvolvimento, requer um grau elevado de dispêndio em educação, uma vez que para sua população atingir um grau competitivo a nível internacional ela deverá suprir gargalos produtivos (como educação, no caso) de forma contingencial, de modo que naturalmente terá maior dispêndio com educação. Ou seja, quando você sai de um grau muito baixo, um crescimento ‘espetacular’ é facilmente detectado, sem necessariamente representar um desenvolvimento ‘espetacular’. Por isso algumas nações entre as mais desenvolvidas do globo apresentam dados modestos, um grau elevado de desenvolvimento já está presente, e agora apenas a manutenção do nível é necessária, gerando menos despesa.

Essa é a justificativa encontrada para que o Brasil, economia emergente, gaste em média 7,85% de seu PIB com educação, valor superior ao gasto por nações com alto grau de desenvolvimento e alto grau de gasto percentual em educação na relação com outras nações européias, como é o caso na comparação com Suíça, Noruega e Islândia.

5.2 O MEC

O Ministério da Educação foi criado na década de 30, ainda vinculado com a saúde pública, para desenvolver atividades ligadas à educação, saúde pública, desporto e meio-ambiente. Até então, os assuntos pertinentes à educação eram tratados pelo Departamento Nacional do Ensino, órgão ligado ao Ministério da Justiça.

Com a constituição de 1934, a educação passa a ser vista como um direito de todos, e entre este ano e 1945 o país implanta as bases da educação nacional.

Em 1953, na busca por uma maior autonomia, o ministério da saúde se desvincula da pasta e é criado por consequência o Ministério da Educação e Cultura, o MEC.

Em 1968 houve uma reforma universitária, uma grande Lei de Diretrizes e Bases do ensino superior, garantindo autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira às universidades públicas e privadas.

De modo a assegurar o compromisso do estado com a educação, o MEC tem um orçamento que representa o montante total dos gastos federais em educação, orçamento este que representa uma fração do total produzido na economia.

5.3 A Despesa Brasileira com Educação

Diante da responsabilidade de assegurar o compromisso do Estado com a educação, o MEC tem uma despesa para o atendimento das demandas por educação. Esta despesa está representada neste trabalho por uma série histórica elaborada pelo próprio Ministério em sua Secretaria de Planejamento e Orçamento – SPO-MEC. Esta série é de domínio público e tem sido divulgada institucionalmente pelo MEC para órgãos de imprensa. Ela trata do Orçamento Total do MEC (incluindo o crédito estudantil do FIES e a Cota para Estados e Municípios do Salário-Educação) no período de 1995-2010, em moeda corrente e atualizada pela inflação e pelo IPCA médio (IBGE). Os valores se referem à execução orçamentária empenhada total de 1995 a 2009, os dados efetivamente utilizados neste trabalho, mais a previsão 2010, deixada

de fora na apresentação. Os dados incluem despesas previdenciárias com aposentados e pensionistas da educação, assim como dívidas e precatórios, representando a série mais geral possível das despesas do Ministério da Educação.

Tabela 5 - Orçamento Total MEC 1995-2009

Ano	TOTAL MEC (R\$) - Base 2000 IPCA
1995	31.274.745.576,15
1996	26.069.978.262,48
1997	24.690.957.106,45
1998	27.996.800.788,08
1999	27.385.168.031,61
2000	28.795.804.998,50
2001	26.379.362.255,05
2002	25.291.038.001,35
2003	24.892.728.728,00
2004	27.314.129.317,39
2005	28.892.796.137,23
2006	33.926.162.197,35
2007	38.134.075.029,37
2008	41.046.551.473,18
2009	49.687.545.063,11

Fonte: SPO-MEC. Dados deflacionados pelo IPCA, ano-base 2000..

Graficamente, temos uma representação das despesas totais da nação com educação no período:

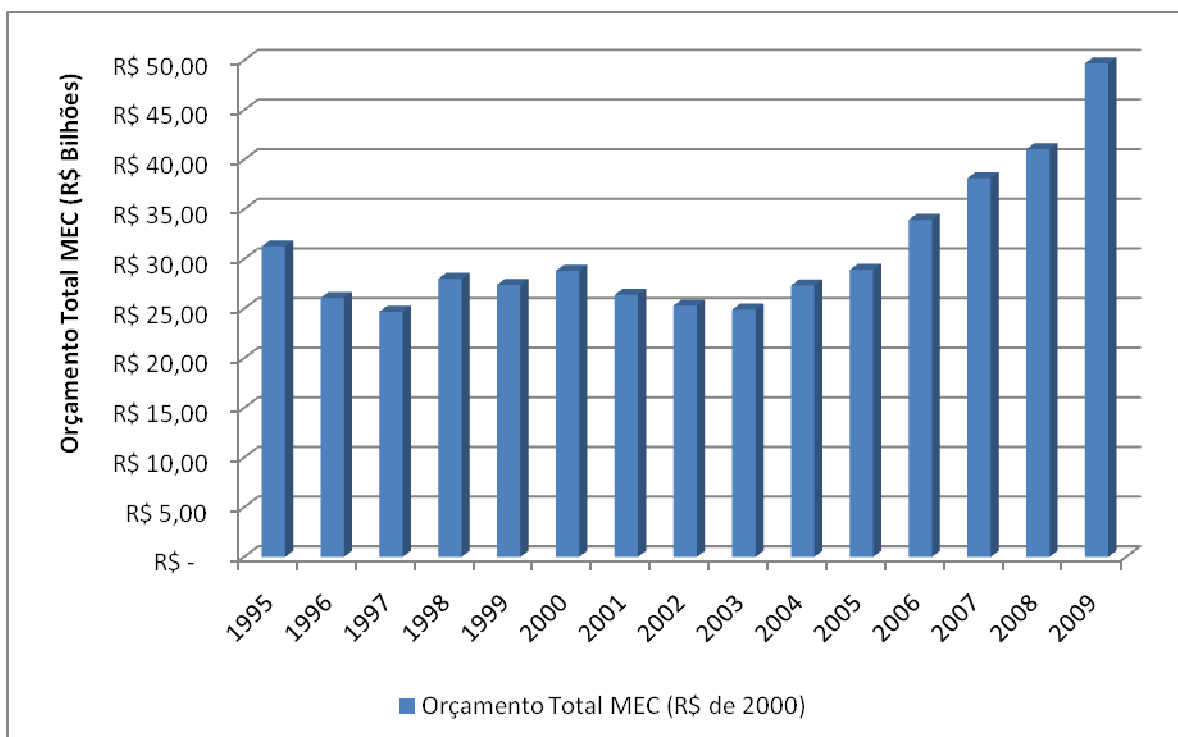


Figura 4 - Despesas Totais MEC 1995-2009

Fonte: SPO-MEC. Elaborado pelo autor. Dados deflacionados pelo IPCA, ano-base 2000.

Tem-se que os gastos com educação padecem de uma falta de políticas públicas para educação que não oscilem ao sabor dos planos de governo, conforme tratado no capítulo 4. Em uma análise preliminar, vemos que as despesas totais do MEC, o total do montante gasto em educação pela nação em educação, não obedece uma trajetória linear de crescimento, com oscilações em períodos específicos, como troca de governos ou flutuações econômicas. Isto leva a uma conclusão preliminar também de que a formação de capital humano, em um momento final, é preterida em relação à política econômica ou a preferências políticas.

Em 2009, o gráfico aponta para um crescimento. Preliminarmente, atribui-se o aumento relativamente discrepante do ano de 2009 ao REUNI, programa governamental de reaparelhamento das universidades federais, que será analisado mais adiante.

5.4 A ANDIFES

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES, é a representante oficial das instituições federais de ensino superior (IFES) na interlocução com o governo federal, com as associações de professores, de técnico-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral.

Auxiliando no processo de expansão das IFES, a ANDIFES tem um papel importante no tocante à classificação das despesas das IFES perante a União, uma vez que enquanto entidade representativa a ANDIFES promove a discussão entre o Governo Federal e as IFES, de modo a criar um uníssono nas prestações de contas e despesas da IFES

Segundo seu estatuto, a ANDIFES promove assessoria às IFES no equacionamento das questões político-administrativas, jurídicas e técnicas, conforme sua dinâmica institucional interna e a relação com o poder público.

Por este caráter de suporte à administração institucional das IFES, e sua influência latente neste processo, esta entidade não poderia deixar de ser citada.

5.5 O Orçamento da UFSC

Por Orçamento da UFSC, neste trabalho, entenda-se o total do montante executado, empenhado em despesas correntes e de Capital pela Universidade Federal de Santa Catarina. Como visto acima, as despesas públicas divide-se basicamente em despesas correntes e de capital, e esta distinção está presente no trabalho onde se faz necessária para uma boa análise das contas da instituição no comparativo com o dispêndio total Federal com educação.

Na tabela abaixo podemos perceber o montante dispendido em despesas de capital pela Universidade no período analisado, com destaque para a coluna da extrema direita, onde temos a evolução em percentual do total das despesas de capital em relação ao total:

Tabela 6 - Tabela Orçamento UFSC Capital e Total

Ano	Total Geral (Desp. Correntes + Desp. Capital)	Total Despesas de Capital	% do Orçamento gasto em Despesas de K
1995	R\$ 246.948.089,79	R\$ 9.990.515,33	4,05%
1996	R\$ 239.599.096,48	R\$ 5.688.799,58	2,37%
1997	R\$ 240.535.674,38	R\$ 5.550.060,24	2,31%
1998	R\$ 255.868.032,45	R\$ 4.005.690,01	1,57%
1999	R\$ 281.512.926,33	R\$ 1.437.975,08	0,51%
2000	R\$ 294.547.590,62	R\$ 1.418.469,86	0,48%
2001	R\$ 287.723.466,26	R\$ 3.322.233,63	1,15%
2002	R\$ 319.869.272,15	R\$ 3.569.121,18	1,12%
2003	R\$ 344.942.064,40	R\$ 4.073.748,12	1,18%
2004	R\$ 408.570.789,80	R\$ 5.460.476,08	1,34%
2005	R\$ 443.753.877,80	R\$ 11.290.878,11	2,54%
2006	R\$ 569.293.781,37	R\$ 10.647.510,72	1,87%
2007	R\$ 606.005.376,84	R\$ 20.646.556,87	3,41%
2008	R\$ 663.805.555,77	R\$ 15.231.464,11	2,29%
2009	R\$ 826.645.389,29	R\$ 41.153.221,94	4,98%

Fonte: DCF-UFSC. Elaborado pelo autor. Dados base 2000.

Conforme apresentado, vemos uma variação percentual elevada no gasto em despesas de capital no componente da despesa total executada pela Universidade. Com valores que oscilam entre apenas 0,48% do orçamento no ano 2000 e quase 5% no ano de 2009, valor creditado ao REUNI, temos uma oscilação grande na composição destas despesas, o que confirma a falta de uma política pública de desenvolvimento institucional não presa a políticas de governo, que mudam ao sabor dos eleitos.

Tampouco no período podemos analisar uma alta contínua dos índices, pelo mesmo motivo, o que mina qualquer perspectiva em uma eventual projeção de orçamento futura, com vistas à ampliação de espaço físico, por exemplo. Em outras palavras, torna-se impossível prever se o gasto vai crescer ou não, analisando apenas esse dado, porque ele simplesmente pode ter uma queda abrupta, no ano seguinte.

Porém, em termos gerais, a despesa total da Universidade apresenta crescimento contínuo, que será elencado em seção posterior, pois as despesas correntes apresentam crescimento contínuo. Abaixo, vemos uma evolução do orçamento total da Universidade no período analisado:

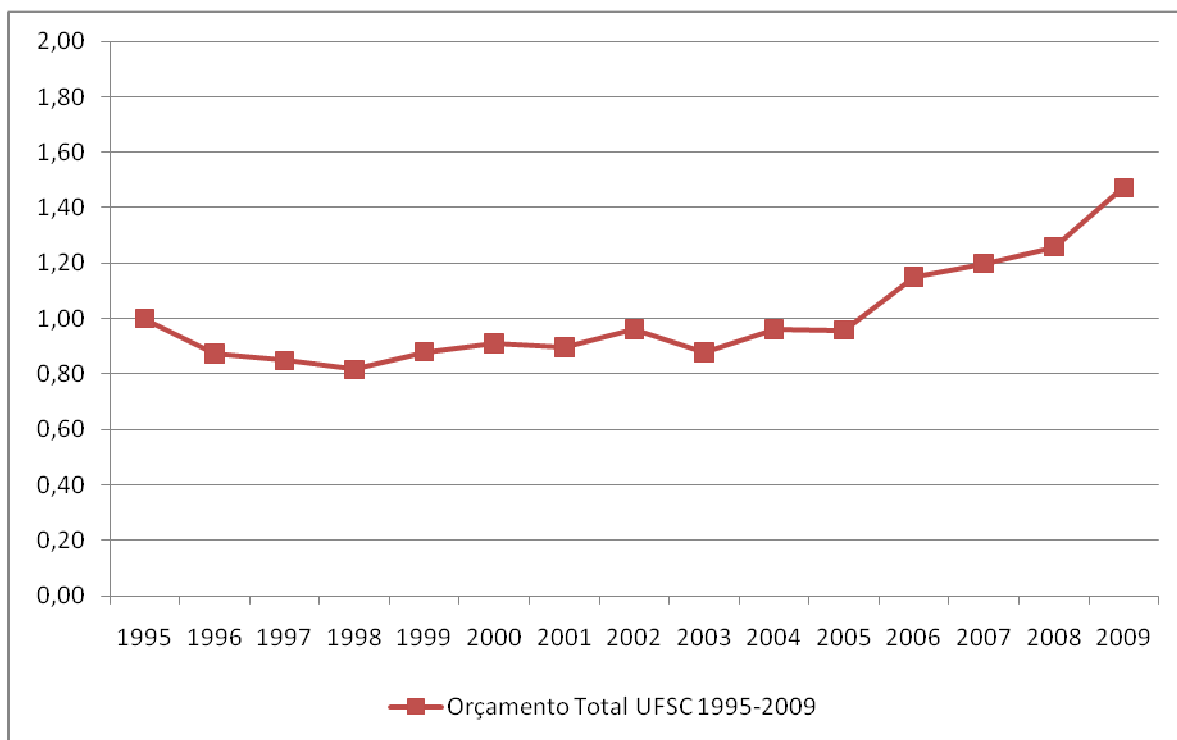


Figura 5 - Índice de Evolução do Orçamento da UFSC 1995-2009

Fonte: DCF-UFSC. Elaborado pelo autor. Dados com ano-base 2000. 1995=100.

Exceto pelo ano de 1996, vemos uma evolução contínua do orçamento executado da Universidade, um crescimento continuado que mostra uma capacidade de evolução da instituição mesmo diante de flutuações internacionais. Este crescimento aparece intensificado, com uma curva mais acentuada após o ano de 2001, o que denota uma maior preocupação com educação superior por parte do governo Federal, independente do qual e independente da conjuntura.

Abaixo, com vistas a um maior entendimento da questão apresentada anteriormente, uma tabela com a repetição dos percentuais das despesas de capital no orçamento da Universidade e uma coluna percentual com a despesa total da UFSC em relação ao orçamento total do MEC, o total do montante gasto em educação no país:

Tabela 7 - Orçamento Total MEC vs. Despesas de Capital UFSC

Ano	Orçamento MEC	Despesas de Capital UFSC	Desp. De K Percentual	Despesa Total UFSC	Desp. Totais Percentual MEC
1995	R\$ 31.274.745.576,15	R\$ 9.118.444,98	0,029%	R\$ 225.392.033,91	0,721%
1996	R\$ 26.069.978.262,48	R\$ 5.406.333,17	0,021%	R\$ 227.702.263,85	0,873%
1997	R\$ 24.690.957.106,45	R\$ 5.459.667,57	0,022%	R\$ 236.618.120,27	0,958%
1998	R\$ 27.996.800.788,08	R\$ 3.676.971,19	0,013%	R\$ 234.870.741,95	0,839%
1999	R\$ 27.385.168.031,61	R\$ 1.356.908,75	0,005%	R\$ 265.642.539,45	0,970%
2000	R\$ 28.795.804.998,50	R\$ 1.418.469,86	0,005%	R\$ 294.547.590,62	1,023%
2001	R\$ 26.379.362.255,05	R\$ 3.577.157,35	0,014%	R\$ 309.801.244,58	1,174%
2002	R\$ 25.291.038.001,35	R\$ 4.016.344,10	0,016%	R\$ 359.949.970,16	1,423%
2003	R\$ 24.892.728.728,00	R\$ 4.452.604,63	0,018%	R\$ 377.021.501,60	1,515%
2004	R\$ 27.314.129.317,39	R\$ 5.875.507,44	0,022%	R\$ 439.624.801,59	1,610%
2005	R\$ 28.892.796.137,23	R\$ 11.933.298,97	0,041%	R\$ 469.002.290,16	1,623%
2006	R\$ 33.926.162.197,35	R\$ 10.982.031,55	0,032%	R\$ 587.179.710,89	1,731%
2007	R\$ 38.134.075.029,37	R\$ 21.566.842,13	0,057%	R\$ 633.017.038,93	1,660%
2008	R\$ 41.046.551.473,18	R\$ 16.130.472,86	0,039%	R\$ 702.985.440,15	1,713%
2009	R\$ 49.687.545.063,11	R\$ 42.927.760,53	0,086%	R\$ 862.290.572,66	1,735%

Fonte: SPO-MEC e DCF-UFSC. Elaborado pelo autor. Dados com base 2000.

Assim, não podemos deixar de comparar as despesas correntes, q quem sobra o crédito por um crescimento continuado no empenho feito pelo MEC à Universidade no período analisado:

Tabela 8 - Despesas Correntes UFSC

Ano	Despesas Totais UFSC		Despesas Correntes UFSC		Desp. Correntes Percentual
1995	R\$	246.948.089,79	R\$	236.957.574,46	95,95%
1996	R\$	239.599.096,48	R\$	233.910.296,90	97,63%
1997	R\$	240.535.674,38	R\$	234.985.614,14	97,69%
1998	R\$	255.868.032,45	R\$	251.862.342,45	98,43%
1999	R\$	281.512.926,33	R\$	280.074.951,25	99,49%
2000	R\$	294.547.590,62	R\$	293.129.120,76	99,52%
2001	R\$	287.723.466,26	R\$	284.401.232,63	98,85%
2002	R\$	319.869.272,15	R\$	316.300.150,96	98,88%
2003	R\$	344.942.064,40	R\$	340.868.316,28	98,82%
2004	R\$	408.570.789,80	R\$	403.110.313,72	98,66%
2005	R\$	443.753.877,80	R\$	432.462.999,69	97,46%
2006	R\$	569.293.781,37	R\$	558.646.270,65	98,13%
2007	R\$	606.005.376,84	R\$	585.358.819,97	96,59%
2008	R\$	663.805.555,77	R\$	648.574.091,66	97,71%
2009	R\$	826.645.389,29	R\$	785.492.167,35	95,02%

Fonte: SPO-MEC e DCF-UFSC. Elaborado pelo autor. Dados com ano-base 2000.

Como vemos, sozinhas as despesas correntes apresentam percentuais surpreendentes da despesa total da Universidade, variando de um mínimo já absurdo de mais de 95% em 2009, mesmo com todo o esforço federal para reaparelhamento das universidades à quase totalidade de mais de 99% em 1999 e 2000, não fugindo em nenhum momento de mais de 95% do orçamento total para as despesas correntes de manutenção das atividades da Universidade.

5.6 Um Modelo de Política de Expansão do Ensino Superior – O REUNI

O REUNI, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, é uma ação governamental integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), e preza pelo papel estratégico das universidades públicas para o desenvolvimento econômico e social.

Em seu Decreto de Instituição, apresenta como objetivo geral:

“Criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.”

Assim, se configura como ferramenta para o aumento da taxa de conclusão média do ensino superior no país.

Como ferramenta para a consecução deste projeto, temos maciços investimentos nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Estes investimentos acabam por aumentar a participação das despesas de capital no componente dos gastos das IFES. Assim avaliaremos no caso da UFSC.

6 A RELAÇÃO ENTRE OS REPASSES DE VERBAS DO MEC PARA A UFSC E A CONJUNTURA ECONÔMICA

6.1 O PIB vs. Orçamento do MEC

A comparação entre o crescimento da economia em termos reais, e o orçamento total do MEC, o total de gastos com educação no país representa uma idéia da evolução dos gastos em educação do país no período analisado, conforme gráfico abaixo, onde vê-se que o crescimento da economia influencia no total dispendido pela União com educação:

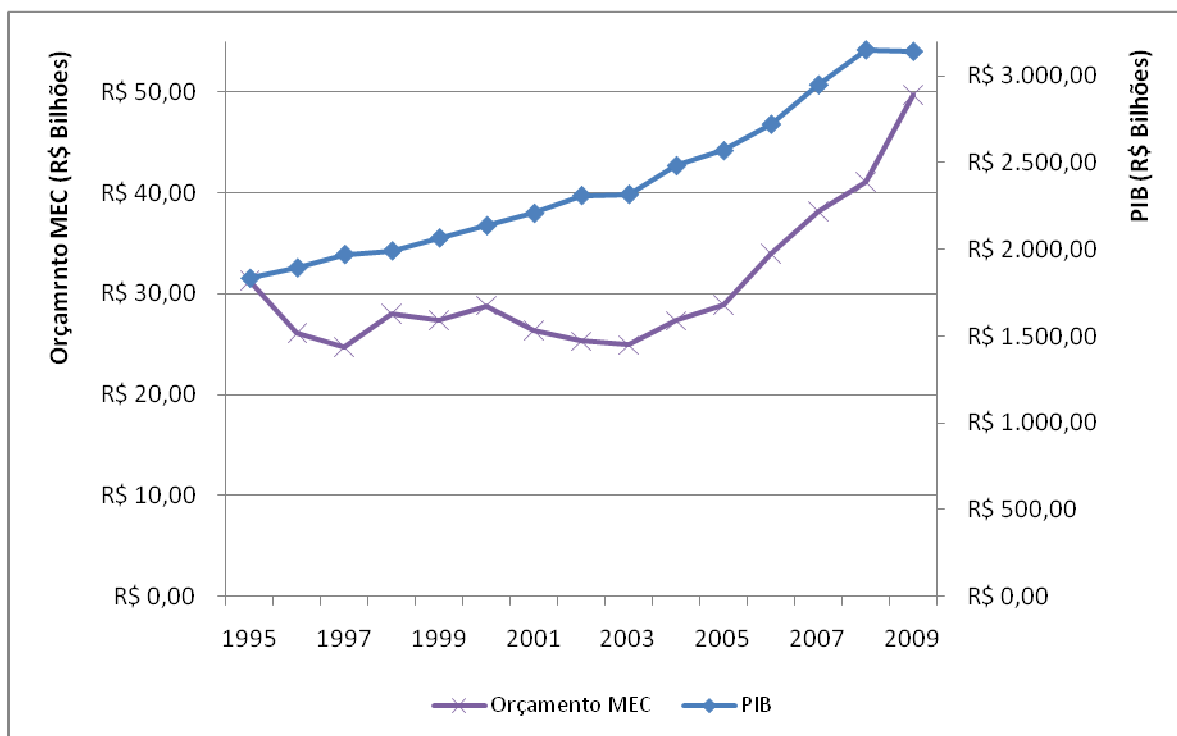


Figura 6 - Evolução do PIB vs. Orçamento Total MEC em Termos Reais

Fonte: IPEADATA e SPO-MEC. Elaborado pelo autor.

Como apresentado no gráfico, vemos que a partir do ano de 1995, início da coleta dos dados, nos anos de 1995 e 1996 os investimentos apresentam queda, para uma recuperação em 1998. A isso pode ser atribuído reflexos da crise mexicana de 1995 e a eminência da eclosão da crise asiática de 1997-1998.

Nos dois períodos subseqüentes, a despesa brasileira com educação recupera participação no PIB, para em seguida entrar em tendência de queda de 2001 a 2003, reflexo claro do “efeito Lula”, que culminou com uma taxa de câmbio a quase R\$ 4,00. Os ajustes econômicos e uma política de juros altos devem ter influenciado essa tendência de queda, quando a formação de capital humano pode ser preterida em relação à política econômica, conforme abordado no capítulo 6.

A partir de 2004, o investimento em educação da União entra em trajetória semelhante com o PIB do período, e estabiliza-se nessa trajetória, de modo que em 2009, último ano analisado, o gasto em educação apresenta uma tendência de alta em relação ao PIB, que esperamos que se confirme em períodos posteriores.

6.2 O Orçamento do MEC vs. As Despesas da UFSC

As despesas da Universidade, quando comparadas com as despesas do MEC dão uma idéia da importância da UFSC no montante da despesa com educação brasileira, enquanto instituição. Embora sejam valores percentuais pequenos, há de se considerar que trata-se de tudo o que a nação gasta com educação, e a fatia desse bolo que pertence à Universidade.

Abaixo, temos percentualmente essa representatividade, dada pela tabela:

Tabela 9 - Percentual de Participação da UFSC no Orçamento do Mec

Orçamento MEC	Despesas Totais UFSC	Percentual de Participação da UFSC no Orçamento do MEC
R\$ 31.274.745.576,15	R\$ 246.948.089,79	0,790%
R\$ 26.069.978.262,48	R\$ 239.599.096,48	0,919%
R\$ 24.690.957.106,45	R\$ 240.535.674,38	0,974%
R\$ 27.996.800.788,08	R\$ 255.868.032,45	0,914%
R\$ 27.385.168.031,61	R\$ 281.512.926,33	1,028%
R\$ 28.795.804.998,50	R\$ 294.547.590,62	1,023%
R\$ 26.379.362.255,05	R\$ 287.723.466,26	1,091%
R\$ 25.291.038.001,35	R\$ 319.869.272,15	1,265%
R\$ 24.892.728.728,00	R\$ 344.942.064,40	1,386%
R\$ 27.314.129.317,39	R\$ 408.570.789,80	1,496%
R\$ 28.892.796.137,23	R\$ 443.753.877,80	1,536%
R\$ 33.926.162.197,35	R\$ 569.293.781,37	1,678%
R\$ 38.134.075.029,37	R\$ 606.005.376,84	1,589%
R\$ 41.046.551.473,18	R\$ 663.805.555,77	1,617%
R\$ 49.687.545.063,11	R\$ 826.645.389,29	1,664%

Fonte: SPO-MEC e DCF-UFSC. Elaborado pelo autor. Dados deflacionados pelo IPCA, ano-base 2000.

Pela tabela percebe-se uma evolução no montante destinado à UFSC para sua manutenção e crescimento, ainda que não se mostre contínuo, com algumas variações, melhor visualizadas no gráfico abaixo:

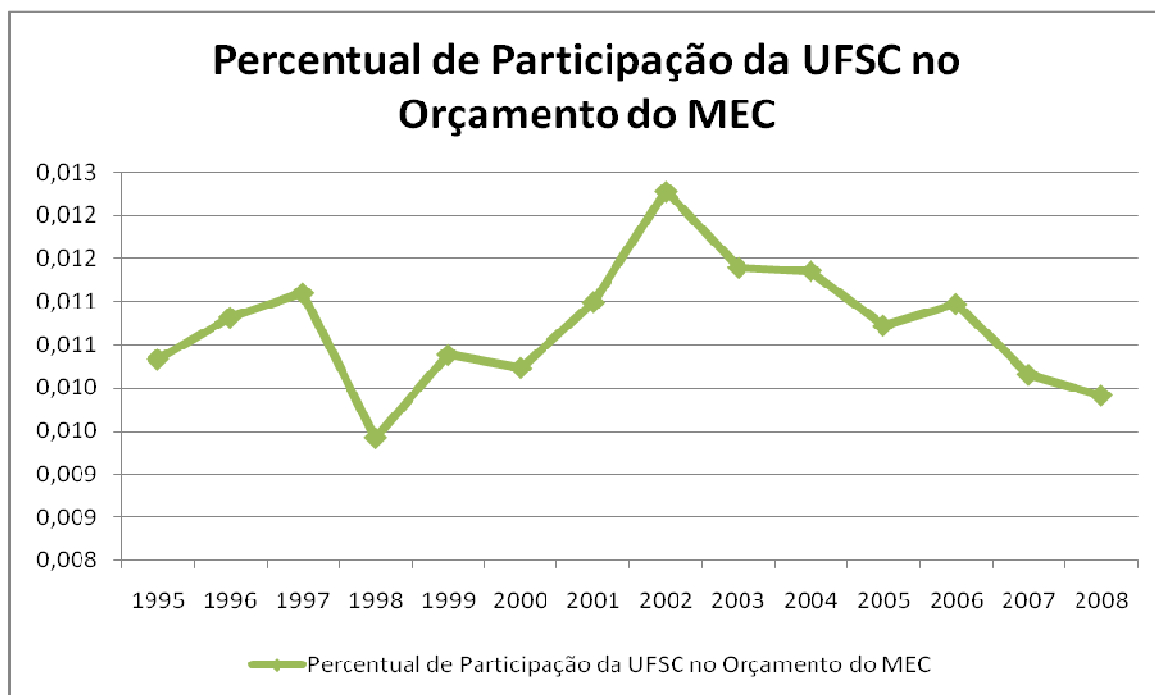


Figura 7 - Percentual de Participação da UFSC no Orçamento do MEC

Fonte: Elaborado pelo autor. Índices percentuais elaborados a partir de dados deflacionados pelo IPCA, ano-base 2000.

Com auxílio da Figura 8, visualizamos que em determinados momentos, como em 1999 e 2007, a cota de participação da UFSC no orçamento do MEC perde espaço. Casualmente são finais de 2 governos distintos, a título de curiosidade, uma vez que mais mudanças aconteceram no período e não apresentaram a mesma queda, como em 2002. Introduce-se a dúvida sobre o tema em períodos maiores de estudo, sugestão de pesquisa.

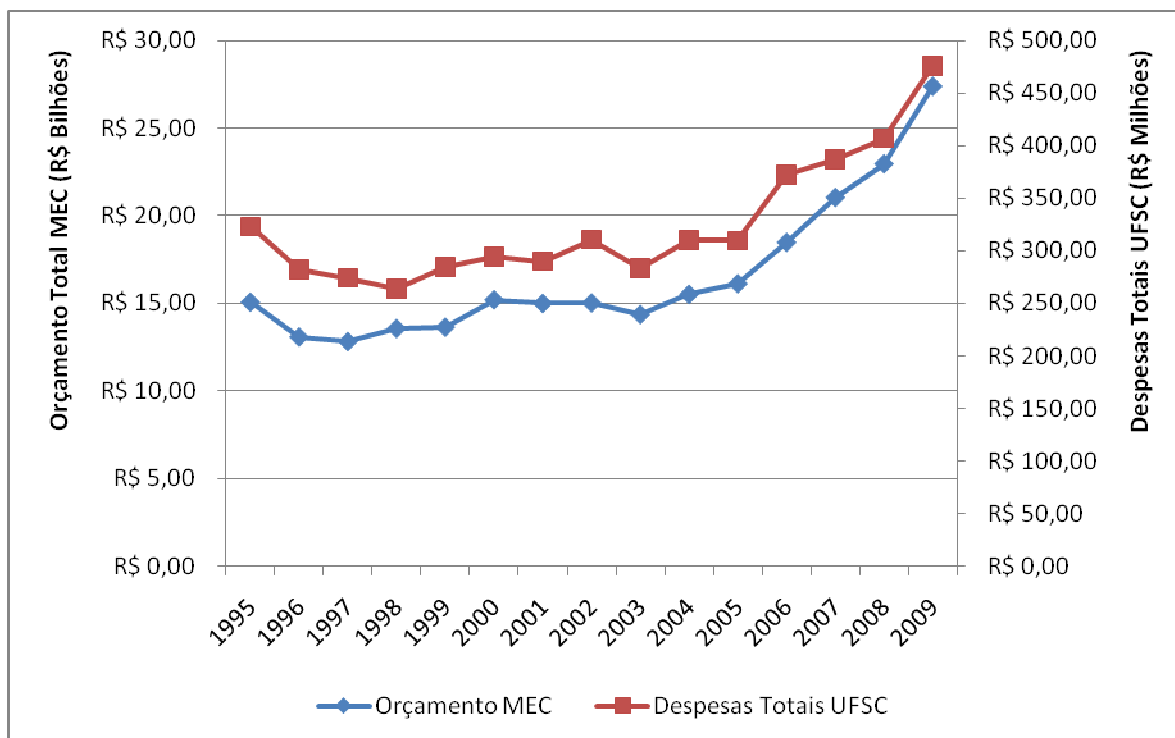


Figura 8 - Orçamento Total MEC vs. Despesas Totais UFSC

Fonte: SPO-MEC e DCF-UFSC. Elaborado pelo autor. Dados deflacionados pelo IPCA, ano-base 2000.

Em montantes totais, sem que haja uma base de comparação sólida entre dois valores absolutos, mas ainda assim apresentando uma noção de evolução, podemos perceber que as despesas totais da UFSC apresentam uma tendência de alta, mesmo diante de oscilações negativas no orçamento total do MEC. Isto reforça o caráter da UFSC enquanto instituição, fortalecendo seu papel na sociedade, pela imponente de sua presença nos dispêndios públicos totais com educação.

Para uma melhor visualização desta evolução de crescimento, abaixo apresentado temos uma figura com os valores em índices simples, representando o crescimento do período:

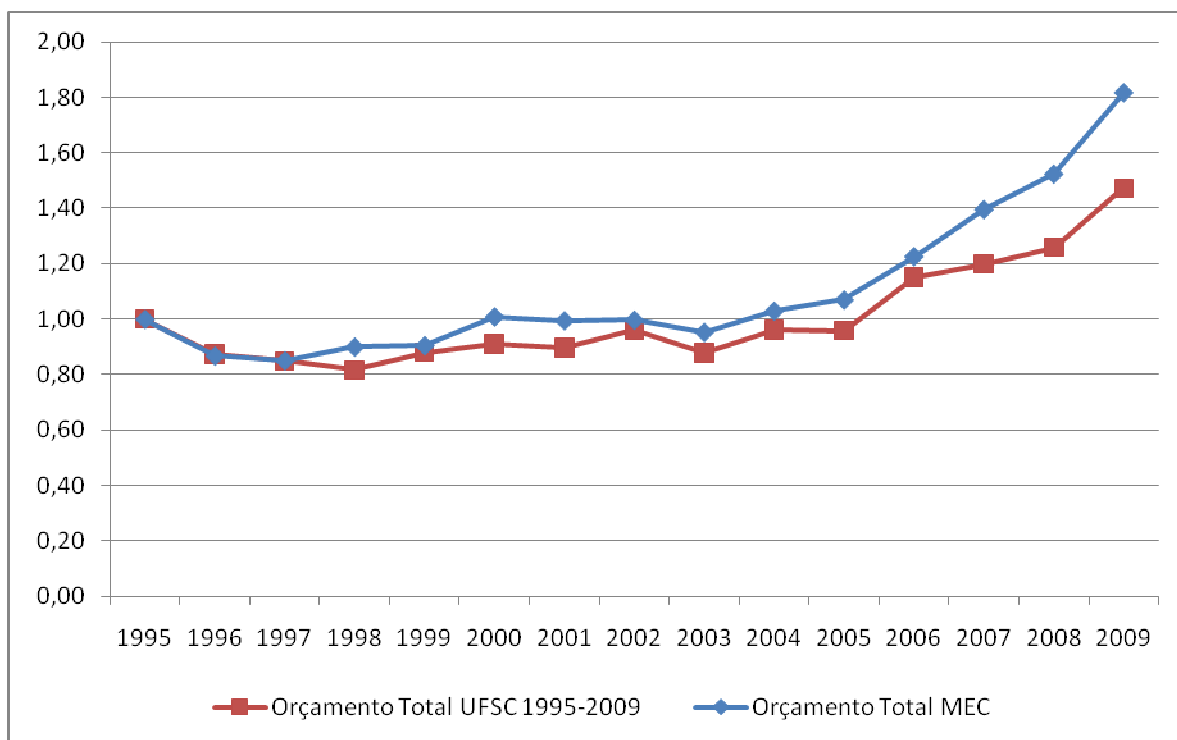


Figura 9 - Índices Orçamento MEC vs. Despesas Totais

Fonte: SPO-MEC e DCF-UFSC. Elaborado pelo autor. Dados deflacionados pelo IPCA, ano-base 2000. 1995=100.

Conforme comprovado com os índices apresentados acima, vemos que as despesas totais da Universidade apresentam um crescimento acima do dispêndio do MEC com educação, sobretudo a partir do ano de 2002, onde, após um acompanhamento relativo das despesas do MEC, o orçamento total da UFSC cresce acima da verba total federal, indicando um crescimento sustentado enquanto instituição pública, enquanto parte da educação superior no país.

Observa-se que, de uma maneira geral, no período analisado, o orçamento total do MEC cresceu pouco mais de 50%, enquanto o orçamento da Universidade mais do que triplicou. Contudo, isto pode refletir uma política de investimento específica para o ensino superior, em relação a outros gastos do MEC

6.2.1 A evolução das despesas de capital da UFSC

Na Figura 10 nota-se uma relação entre gastos totais em educação e o orçamento executado total da universidade oscilam mais em relação ao PIB que o montante total empenhado pela Universidade.

Como citado acima, a falta de uma política pública de investimento em educação ocasiona quadros como este, com oscilações abruptas, que indicam preferências por investimento e políticas governamentais muito mais do que preocupação contínua com formação de capital humano.

Abaixo, vemos graficamente em valores absolutos o dispêndio federal com educação e as inversões em capital para a Universidade, que num momento podem até representar seu crescimento absoluto, na medida em que essas inversões se destinam a melhorias físicas e expansão:

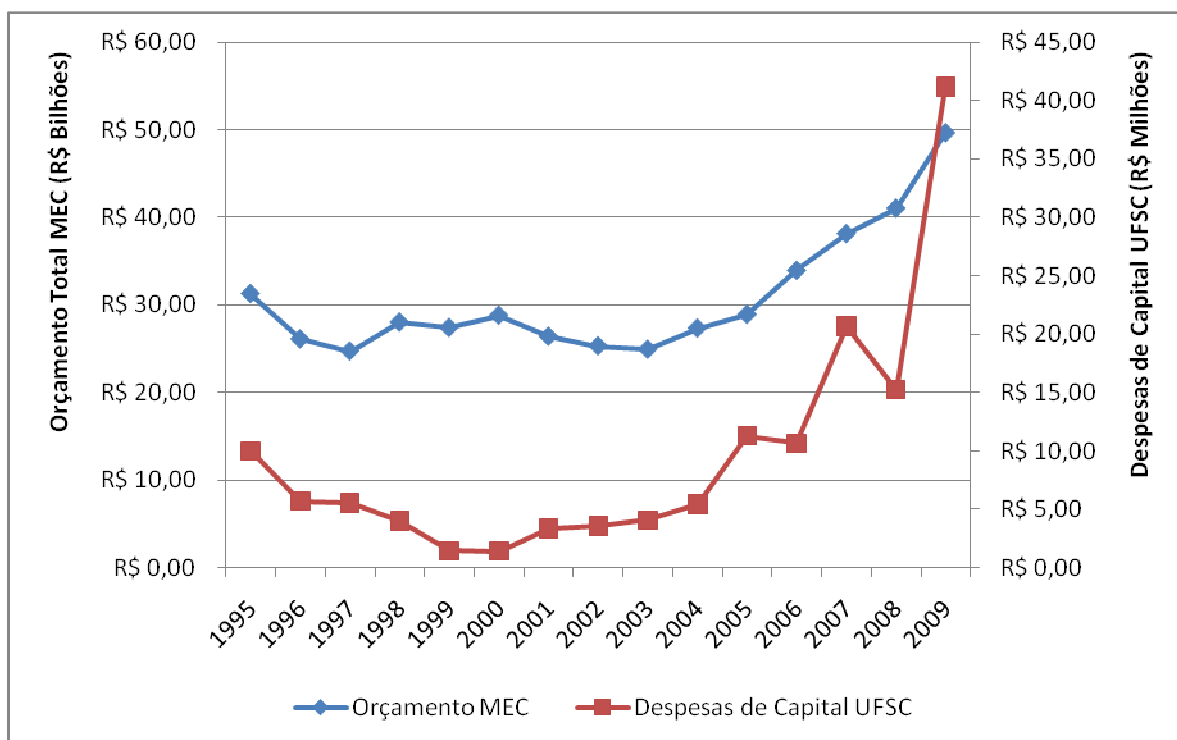


Figura 10 - Orçamento Total MEC e Despesas de Capital UFSC

Fonte: SPO-MEC e DCF-UFSC. Elaborado pelo Autor. Dados deflacionados pelo IPCA, ano-base 2000.

Na comparação em índices simples, tem-se uma embora semelhante, melhor idéia das inversões em capital por parte do governo federal para a Universidade, representando melhor este crescimento:

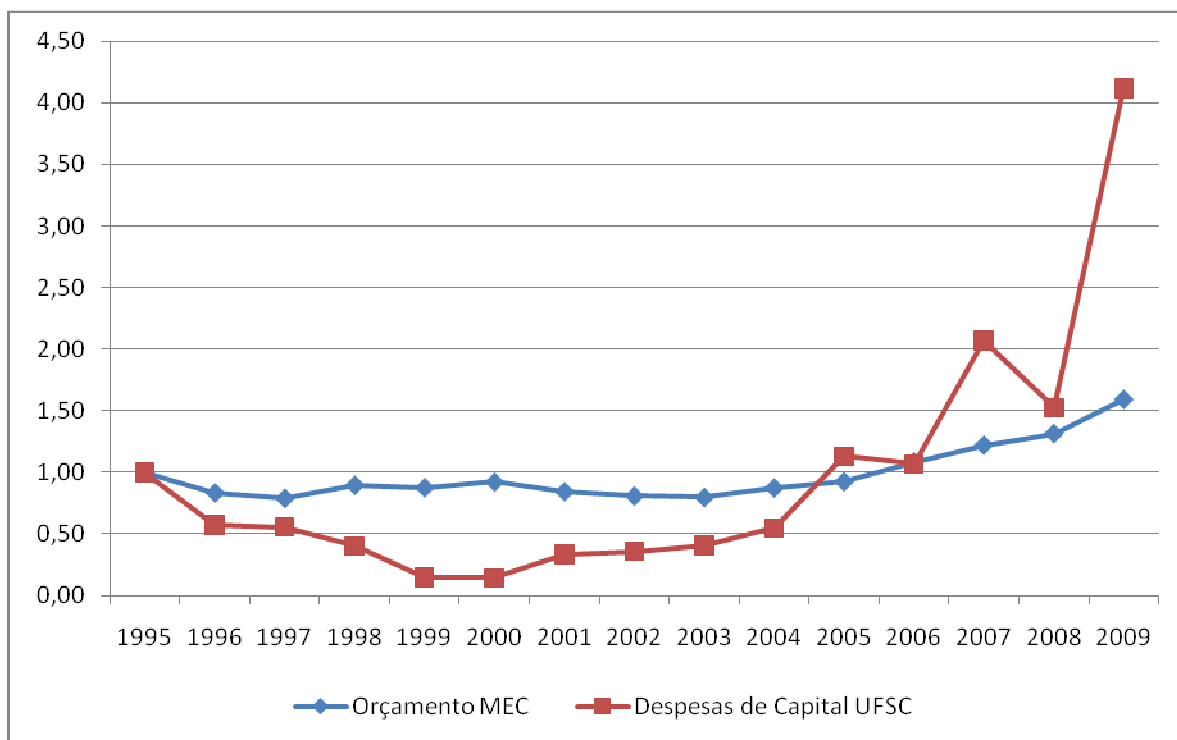


Figura 11 - Índices Orçamento Total MEC e Despesas de Capital UFSC

Fonte: SPO-MEC e DCF-UFSC. Elaborado pelo Autor. Dados deflacionados pelo IPCA, ano-base 2000. 1995=100.

No comparativo do MEC versus as despesas de capital da UFSC nota-se uma oscilação maior do que quando se analisam as despesas totais, provavelmente advinda de diferenças de políticas públicas relacionadas a inversões de capital em educação, que variam nos exercícios orçamentários ao sabor das prerrogativas políticas, ou pela falta de uma teoria orçamentária, como citado anteriormente.

No ano de 2009 o aumento abrupto em relação aos outros anos se deve ao REUNI. O programa Federal para expansão das Universidades mostra sua cara, na forma de forte oscilação positiva nas despesas de capital da Universidade, claramente representando uma

expansão física, com aumento da capacidade instalada por meio de inversões de capital, por exemplo.

6.2.2 A evolução das despesas correntes da UFSC

Enquanto Despesas correntes da UFSC, conforme elencado no capítulo 4, tratamos como despesas correntes o custeio da Universidade e transferências correntes governamentais, sendo as primeiras voltadas para despesas de pessoal, basicamente, e as segundas subvenções, pensionistas e inativos, abonos, juros da dívida pública, contribuições previdenciárias entre outras despesas correntes. Todas elas necessárias para a manutenção das portas da Universidade abertas.

Internamente na Universidade, e mesmo explícito à população, uma vez que evidenciados nas prestações de contas publicadas, é sabido que o dispêndio com folha de pagamento vem a ser a principal despesa da instituição. Esta representatividade, na avaliação do autor, não é salutar à Universidade, uma vez que amarra a despesa dela à sua folha de pagamento, trazendo morosidade a inversões de capital e atrasando seu crescimento.

Graficamente, podemos distinguir em termos reais a evolução das despesas correntes da Universidade em relação ao total do MEC no período:

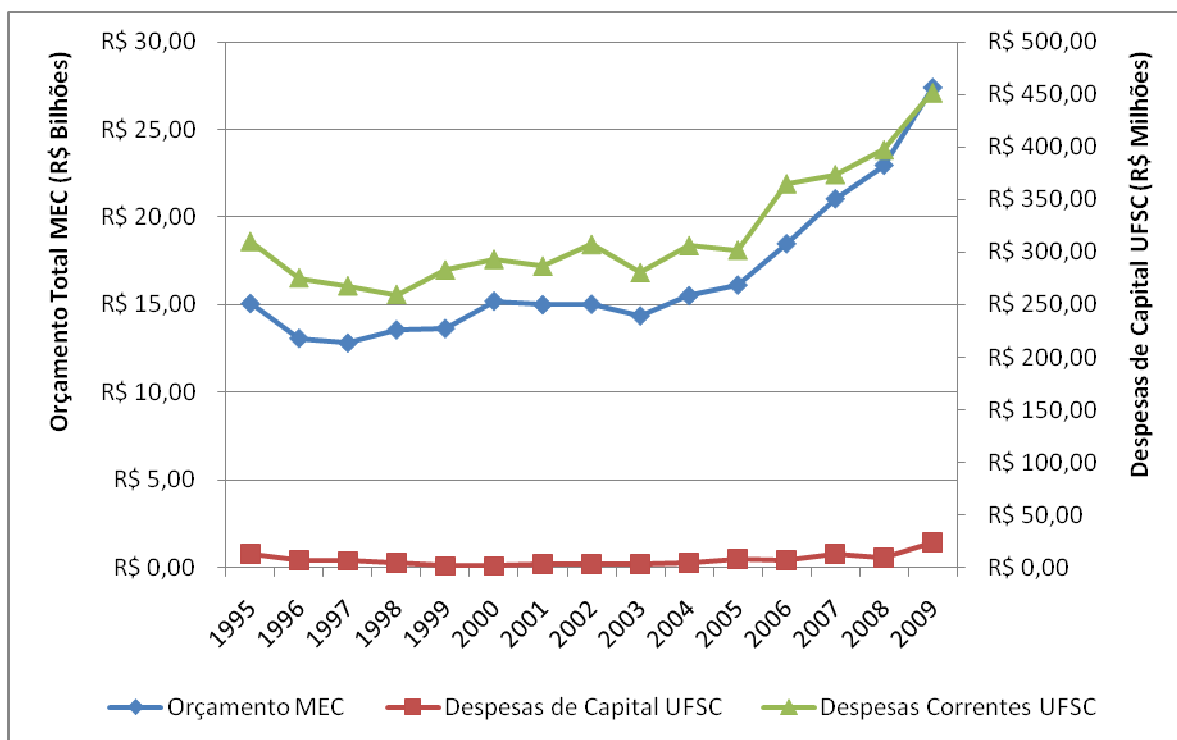


Figura 12 - Orçamento Total MEC e Despesas da UFSC

Fonte: SPO-MEC e DCF-UFSC. Elaborado pelo Autor. Dados deflacionados pelo IPCA, ano-base 2000..

Percebe-se, as despesas correntes da UFSC apresentam uma tendência de alta contínua, diferentemente das despesas totais do MEC e mesmo perante as despesas de capital, quase imperceptíveis graficamente diante de seu baixo valor se comparado às inversões correntes.

Para um melhor entendimento é indicada a volta à sessão 5.4, onde é apresentada tabela com os índices percentuais, para um melhor entendimento da questão.

Trabalhando os índices de evolução simples, temos uma idéia bem clara que apenas com o REUNI as despesas de capital da UFSC vem a apresentar um desempenho superior às despesas correntes, em índices simples, sendo que o maior crescimento contínuo verificado vem mesmo a ser o das despesas correntes, que evoluíram mais que as despesas totais do MEC, e mais que as inversões de capital da Universidade, que apresentam uma evolução irregular, conforme discutido anteriormente.

Abaixo a representação gráfica dessa evolução dos índices simples de crescimento:

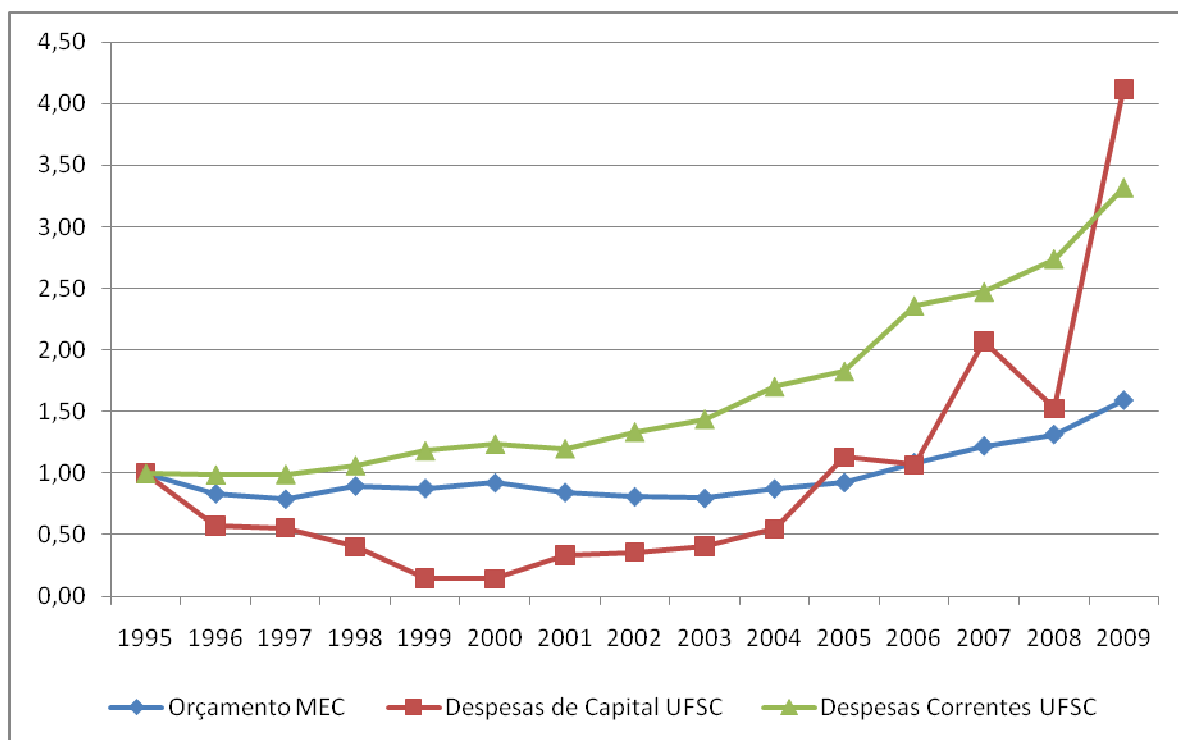


Figura 13 - Índice Orçamento Total MEC e Despesas UFSC

Fonte: SPO-MEC e DCF-UFSC. Elaborado pelo Autor. Dados deflacionados pelo IPCA, ano-base 2000. 1995=100.

Podemos concluir que o MEC sofreu mais com os ajustes do Plano Real que a UFSC, na medida em que as despesas correntes da Universidade mantiveram uma tendência de crescimento parecida com o PIB da economia. Já em se tratando de inversões de capital, observa-se que oscilam ainda mais aos sabores políticos, conforme definições político-partidárias e/ou flutuações econômicas, apresentando crescimento acima das despesas totais com educação apenas a partir de 2005, praticamente empatando no ano seguinte e voltando a subir em relação ao total dos gastos em educação em 2007, com forte oscilação mas ainda assim superior ao crescimento do montante do MEC e com a forte alta de 2009 creditada ao REUNI.

7 CONCLUSÃO

Na relação entre a despesa total federal com educação e o orçamento total executado pela Universidade fica claro que o orçamento cresceu muito mais em termos reais, o que pode ter sido ocasionado por políticas de governo que enfatizaram os investimentos em ensino superior. A falta de uma continuidade e equidade entre as taxas de crescimentos do montante gasto em educação e entre a evolução das despesas da Universidade dentro de suas diferenciações mina a possibilidade de um crescimento contínuo e sustentado, trazendo preocupações quanto ao futuro, mas abrindo também espaço para mudanças, diante da reflexão que proporciona a análise destes dados quando revisados pelos formuladores de políticas econômicas.

Concluimos que este trabalho pode ser um referencial para futuros estudos sobre análise institucional e mesmo documentos para análise e planejamento institucional uma vez que foram utilizados dados inéditos, com análises que revelam trajetórias de crescimento ímpares entre as despesas totais da União, e as despesas totais da Universidade, além destas divididas em despesas correntes e de capital.

As análises mostram que o País padece de uma política pública de investimento em educação na medida em que os dados aparecem discrepantes, apresentando oscilações nos valores, sem um crescimento continuado. E isso nos leva a crer que não há a possibilidade de planejamento utilizando apenas uma série histórica de crescimento como apresentado.

É mister reforçar a importância da perspectiva futura e do economista como agente para criação de perspectivas de orçamento e/ou dispêndios futuros em educação, com o domínio da doutrina e das ferramentas existentes para este trabalho, e que a grande valia de tudo isso é conhecer a correlação que existe entre MEC e UFSC dada a conjuntura econômica e social brasileira.

O conhecimento da perspectiva de orçamento do MEC e da estrutura orçamentária da Universidade vem a auxiliar no processo orçamentário para os anos futuros, sendo de grande valia no contexto das análises institucionais, sobretudo nos próprios planejamentos futuros da UFSC, uma vez que a estimação correta das expectativas de crescimento dos repasses leva a uma melhor gestão destes recursos nos períodos futuros, contribuindo para uma gestão

eficiente que se utiliza da melhor forma possível dos recursos disponíveis, tendo assim, um melhor produto final, que é Ensino, Pesquisa e Extensão gratuito e de qualidade.

REFERÊNCIAS

ALMENDRA, Carlos Cesar. **A Crise do México de 1994-1995**: Grupo de História e Economia Mundial Contemporâneas. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1998.

ANDIFES. Portal da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior. Disponível em <<http://www.andifes.org.br/>>. Acessado em 28 de Maio de 2010

BRASIL. Lei n 4.320, de 17 de Março de 1964. Estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>. Acessado em: 23 de Maio de 2010.

BRASIL. Ministério da Educação, Gabinete do Ministro. **História**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acessado em 03 de Maio de 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **SIOPS da União**. Disponível em: <<http://siops.datasus.gov.br>>. Acessado em 02 de Março de 2010.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Dois Estudos Sobre a Distribuição De Verbas Públicas Para As Instituições Federais De Ensino Superior**. Rio de Janeiro: Outubro de 1999.

BRASIL. Tesouro Nacional. **Ministério da Fazenda**. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_r.asp>. Acessado em: 03 de Março de 2010.

BRASIL. Transparência Pública. Presidência da República. **Controladoria Geral da União – CGU**. Disponível em <<http://www3.transparencia.gov.br/TransparenciaPublica/>>. Acessado em 20 de Março de 2010.

BRASIL. Universidade Federal de Santa Catarina. **REUNI UFSC**. Disponível em: <<http://www.reuni.ufsc.br>>. Acessado em 22 de Maio de 2010.

CANUTO, Otaviano. A crise asiática e seus desdobramentos. **Revista Econômica**. v. II, n. 04. Pág. 25-60. Rio de Janeiro, 2000.

COELHO, Reinaldo de A. **Níveis de Educação, Capital Humano e Crescimento Econômico no Brasil**: Um Estudo Sobre as Relações de Causalidade. Tese de Mestrado em Economia na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006

Cronologia das crises financeiras mais graves desde a Grande Depressão. **UOL Economia**. 01/04.2009. Disponível em:

<<http://economia.uol.com.br/ultnot/efe/2009/04/01/ult1767u143117.jhtm>> . Acessado em 04 de Março de 2010.

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

EUROSTAT. The European Commission. **Public expenditure in Education in % of GDP: Investment in education and training**. Disponível em:

<<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/>>. Acessado em 31 de Maio de 2010.

FABRINO, Ricardo J. G.. **Orçamento Total MEC 1995 – LOA 2010 IPCA Médio**.

Coordenação de Estudos, Análises e Diagnósticos, Secretaria de Planejamento e Orçamento, Ministério da Educação. Disponibilizado por <wagnersouza@mec.gov.br> em: 17 de Maio de 2010.

GALBRAITH, John K. **A Economia E O Interesse Público**. São Paulo: Pioneira, 1988.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 13ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José L. **Planejamento E Orçamento Governamental**. Brasília: ENAP, 2006.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acessado em 03 de Maio de 2010.

KEY JR. Valdimer. O. The lack of a budgetary theory. **American Political Science Review**. n 34, pp. 1.137-1.144. Baltimore, MA, 1940.

MAFRA, Guilherme. **Capital Humano e Desenvolvimento Econômico**. Monografia para congresso do PET-ECO UNB, Brasília, UNB, 2003.

MAGALHÃES, Gildo. **Introdução à Metodologia da Pesquisa**. Caminhos da Ciência e Tecnologia. São Paulo: Editora Ática, 2005.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de Pesquisa**. 2ª. Ed. São Paulo: Atlas, 1990.

Muito Dinheiro pra pouco resultado. **Revista Exame**, São Paulo, n. 877, Set. 2006. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0877/economia/m0111825.html>>. Acessado em: 27 de Maio de 2010.

PEREIRA, Júlio C. R. **Análise de Dados Qualitativos**. Estratégias Metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais. 3ª. Ed. São Paulo: Edusp, 2004.

PESSOA, Maria N. M.. **Gestão das Universidades Federais Brasileiras** – Um modelo Fundamentado no *Balanced Scorecard*. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção. Florianópolis, UFSC, Julho de 2000.

PETER, Maria G. A. P.; PESSOA, Maria N. M.; PINHO, Ruth C. S.; PETER, Fábio A.. **Sistema De Apuração De Custos Das Universidades Federais Brasileiras: Uma Análise Crítica**. Universidade Federal do Ceará. Disponível em: <<http://www.intercostos.org/documentos/264.pdf>>. Acessado em: 27 de Maio de 2010.

REA, Louis M. **Metodologia da Pesquisa: Do Planejamento à Execução**. São Paulo: Pioneira, 2001

REZENDE FILHO, Cyro De Barros. **Economia Brasileira Contemporânea**. 2 Ed. São Paulo: Contexto, 2002.

REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas**. 2ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ROSSETTI, José P.. **Introdução à Economia**. 17 Ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SANTOS, José Marques dos. **Despesas em Educação na EU-27: Países Nórdicos Entre os que Mais Gastam**. Disponível em: <<http://sociologias-com.blogspot.com/2010/01/despesas-em-educacao-na-ue-27-paises.html>>. Acessado em: 31 de Maio de 2010.

